**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

ALESSANDRA SANTOS DE PAULA

**A Vivência dos Coordenadores de Curso de Enfermagem
em Relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino
Superior (SINAES)**

**SÃO PAULO
2009**

ALESSANDRA SANTOS DE PAULA

**A Vivência dos Coordenadores de Curso de Enfermagem
em Relação ao Sistema Nacional de Avaliação do
Ensino Superior (SINAES)**

Dissertação apresentada à Escola de
Enfermagem da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Enfermagem.

Área de concentração:

Administração em Serviços de
Enfermagem

Orientadora:

Prof^a. Dra. Maria Madalena Januário
Leite

**SÃO PAULO
2009**

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Paula, Alessandra Santos de.

As vivências dos coordenadores de curso de enfermagem em relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) / Alessandra Santos de Paula. – São Paulo, 2009.
105 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Madalena Januário Leite.

1. Enfermagem (educação) 2. Ensino superior (avaliação) 3.. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Alessandra Santos de Paula

Título: A Vivência dos Coordenadores de Curso de Enfermagem em Relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo para a obtenção de Mestre em Enfermagem.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

“A alegria não chega apenas ao encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

Dedico este trabalho

Ao meu marido João Bosco, por me amar e me apoiar, e por compartilharmos nossas felicidades;

Ao meu filhinho lindo, João Pedro, que vai chegar, companheirinho, e uma benção divina em minha vida;

Aos meus preciosos pais, Benta e Vicente, por expressarem constantemente seu amor por mim e por me ensinarem a viver com alegria, determinação e respeito ao próximo;

Aos meus queridos irmãos, Jaqueline, Jocelina, Daives, Paula e Adriana, pelo apoio e carinho a mim dedicados, sempre.

Com atenção especial, agradeço

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Madalena Januário Leite, pela confiança, pelo respeito, e por estar comigo neste caminhada.

Aos colegas coordenadores, por me ajudarem a compreender melhor a nossa prática de trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder o privilégio de uma vida maravilhosa, e por direcionar o percurso dos meus caminhos e escolhas.

Às Professoras da Pós-Graduação da EEUSP e aos colegas de disciplinas, pelos momentos de reflexão e pela oportunidade de participação nos enriquecedores relatos de experiências.

À Prof^a. Dr^a. Paulina Kurcgant e Prof^a. Dra. Daisy Maria Rizatto Tronchin, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos colegas coordenadores, diretores, mantenedores da UNIVIÇOSA, docentes, alunos e ex-alunos do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIVIÇOSA, por comungarem comigo as alegrias do dia-a-dia, e por partilharem os problemas acadêmicos e administrativos.

A Rosimar Gomes da Silva Ferreira, pela cuidadosa revisão da língua portuguesa;

A Nadir Aparecida Lopes, pela revisão das referências bibliográficas.

A todos os meus queridos amigos, pela prazerosa e sincera amizade.

À Dona Maria e ao Sr. Luis (sogra e sogro); às cunhadas, aos cunhados e às sobrinhas lindas, pelo apoio e por me proporcionarem momentos descontração.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse concretizar este tão sonhado trabalho.

PAULA, AS. A Vivência dos Coordenadores de Curso de Enfermagem em Relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). São Paulo, 2009. 105 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem. Universidade de São Paulo.

RESUMO

Este estudo teve como objetivos conhecer a vivência dos coordenadores de curso de graduação em enfermagem em relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), identificar as influências dessa vivência na prática, enquanto coordenadores de curso, e descrever como são utilizadas as informações geradas por esse sistema no gerenciamento de curso. Tratou-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. Os sujeitos envolvidos foram 6 coordenadores que vivenciaram o SINAES. Os discursos foram obtidos por meio de 3 questões norteadoras: “Como você descreve a sua vivência no SINAES? O que esta vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador (a) de curso? Como você utiliza as informações do seu curso geradas pelo SINAES?” A inferência sobre os resultados ancorou-se na análise de conteúdo de Bardin. Os resultados revelaram que as vivências foram relatadas por meio das ações e percepções que se relacionavam à operacionalização, organização e preparação dos processos gerenciais requeridos pelo SINAES, no âmbito do curso; as influências dessa vivência foram identificadas tanto no gerenciamento acadêmico, nas questões voltadas para a articulação de avaliação e implementação do projeto pedagógico do curso (PPC), quanto nas questões administrativas requeridas pela universidade; os coordenadores utilizavam as informações geradas pelo SINAES na organização didático-pedagógica, nas ações que envolviam o corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo e na organização e provisão da estrutura física. Pode-se constatar que as vivências dos coordenadores, em relação ao SINAES, demonstraram a participação direta dos entrevistados nos processos avaliativos, o que lhes permitiu analisar e identificar, juntamente com os atores envolvidos, os problemas acadêmicos e administrativos do curso e, posteriormente, planejar e realizar mudanças.

Assim, acreditamos que o conhecimento das vivências dos coordenadores, a identificação das influências e a descrição das utilidades do SINAES possam colaborar com os processos gerenciais do curso de enfermagem e que a partir destes resultados abram-se caminhos para a construção de indicadores de qualidade que possibilitem mensurar a efetividade das ações realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Enfermagem. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Coordenação de Curso.

PAULA AS. The experience of coordinators of nursing courses, with respect to the national system of evaluation of higher education (SINAES). São Paulo. 2009, 105p. Dissertation (Master degree) – School of Nursing of the University of São Paulo.

ABSTRACT

This investigation had as a purpose to know the experience of coordinators of nursing courses with respect to the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES), identify the influence of such experience in the daily practice as coordinators and to describe how the information generated by this evaluation system are utilized in the management of the nursing course. The nature of this investigation is exploratory, descriptive and with a qualitative approach. The subjects involved in the study were 6 coordinators that experienced the SINAES evaluation system. The collection of discourses was obtained by means of 3 directing questions: “How do you describe your experience with the SINAES evaluation system?” “How did this experience influence in your practice as a nursing course coordinator?”. “How did you use the information generated by the SINAES in your nursing course?”. The inferences on the obtained results was based on Bardin’s analysis of content. The results showed that the experiences were reported by means of actions and perceptions related to implementation, organization and preparation of management processes required by the SINAES evaluation system with respect to the course. The influences of this experience were identified in the academic management, in the issues concerning the articulation of evaluation and implementation of the pedagogic project of the course (PPC) as well as administrative issues required by the university. The coordinators used the information generated by the SINAES in the didactic-pedagogical organization, in the actions involving faculty, student and technical staff and in the organization and provision of physical structure. It can be shown that the experience of the coordinators with respect to the SINAES, demonstrated their direct participation in the evaluation, which allowed them to analyze and identify, together with the persons involved, the academic and administrative

problems of the course and afterwards plan and make changes. Thus we believe that the knowledge of the experience of the coordinators, the identification of the influences and the description of the usefulness of the SINAES may collaborate with the management processes of the course of nursing and from these results open ways for the construction of quality indicators that make possible the measurement of the effects of the implemented actions.

KEYWORDS: Nursing (Education). Higher Education (Evaluation). National System of Evaluation of Higher Education (SINAES)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 COMPREENSÃO DAS BASES TEÓRICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	17
2.1 Avaliação Institucional na Educação Superior	17
2.2 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)	21
2.2.1 Avaliação das Instituições de Educação Superior no SINAES.....	24
2.2.2 Avaliação de Cursos no SINAES	28
2.2.3 Avaliação do desempenho dos estudantes no SINAES	30
2.3 O SINAES e a Gestão Acadêmica dos Cursos de Enfermagem	32
3. DESCREVENDO A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	36
3.1 Apresentando o Referencial Metodológico	36
3.2 Cenário da Pesquisa	37
3.3 Sujeitos da pesquisa.....	38
3.4 Preceitos éticos da pesquisa	39
3.5 Técnica de coleta dos dados	40
3.6 Obtenção das entrevistas	41
3.7 Análise das entrevistas.....	42
4. CONSTRUINDO AS CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS	44
4.1. Vivências relacionadas à implementação do SINAES no âmbito do curso.....	44
4.2. Influências nas ações de gerenciamento acadêmico	47
4.3 Aplicação das informações geradas pelo SINAES no gerenciamento de curso.....	50
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61

REFERÊNCIAS	64
ANEXOS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o ensino superior passou por diversas mudanças, em decorrência de demandas sociais. Tais demandas foram resultantes do desenvolvimento científico, econômico e tecnológico mundial, e até mesmo em resposta ao acesso globalizado às informações. Nesse sentido, a sociedade espera que as instituições de ensino superior (IES) sejam estas públicas ou privadas, formem não somente profissionais competentes, mas também cidadãos comprometidos com a qualidade de vida e com o futuro das próximas gerações.

Segundo Zabalza (2004), as mudanças abordam novas estruturas de tomada de decisões políticas e técnicas sobre a universidade como: a revisão do seu status jurídico (autonomia universitária que não seja incompatível com o controle político) e nova estrutura organizacional, com surgimento de outros órgãos de direção ou transformação dos existentes.

Assim, ao se questionar o que de fato mudou nas IES, nos últimos anos, percebe-se que estamos passando por um período de transformações nos processos estruturais e gerenciais, impulsionados pelas políticas educacionais vigentes, expectativas sociais e pelas reações às demandas econômicas.

Nesse contexto, na política educacional brasileira, a regulamentação do ensino superior é definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão da Secretaria de Ensino Superior (SES) do Ministério da Educação e Cultura (MEC). As principais atribuições do conselho são: normatizar as diretrizes curriculares, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. (Brasil, 1995)

No que se refere à qualidade do ensino superior, vigora a lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES tem como característica principal a interligação de processos avaliativos informatizados que possibilitam a análise integrada da instituição de ensino com o curso de graduação e desempenho dos estudantes. É ainda da competência desse sistema a regulamentação da abertura de IES e cursos, ou seja, analogamente, credencia instituições, autoriza, reconhece e renova o reconhecimento de cursos de graduação (Brasil, 2004a).

Dessa forma, as instituições de ensino superior (IES), exceto as estaduais, estão subordinadas a esse sistema de avaliação. Nesse sentido, os estabelecimentos já existentes estão se reestruturando para atenderem as exigências avaliativas; e os novos necessitam obter a aprovação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Nesse sentido, para atender as especificidades, no SINAES existem critérios avaliativos gerais que são ponderados de acordo com as diferenças existentes nas IES e nos cursos por estas oferecidos. Espera-se que os referidos critérios sejam utilizados como parâmetros confiáveis de mensuração da qualidade e na criação de indicadores, e, que estes, por sua vez, possam ser úteis, tanto para o monitoramento das políticas educacionais vigentes quanto para resolução de questões gerenciais.

Vivenciando esta realidade, como coordenadora de um curso de graduação em enfermagem, desde 2004, em uma faculdade privada da cidade de Viçosa, em Minas Gerais, meu primeiro contato com o SINAES aconteceu no processo de aprovação do curso, englobando a organização dos documentos requeridos, a análise e o estudo do PDI e do PPC, a definição do corpo docente para o 1º e o 2º semestres do curso, a conferência da estrutura física, principalmente do acervo bibliográfico, equipamentos e materiais dos laboratórios específicos e o acompanhamento da Comissão de Avaliadores no ato da visita in loco.

O curso foi aprovado, após a visita da comissão, sem maiores intercorrências, uma vez que a proposta pedagógica do curso estava bem consolidada, contávamos com uma equipe de colaboradores treinada em receber comissões, além do que, era a quinta comissão que passava em

visita pela faculdade, somente naquele ano, e, sem dúvidas, a experiência das avaliadoras colaborou para o resultado alcançado. Foram dois dias de reuniões com a coordenação, o corpo docente e a direção. Foram conferidos e analisados os objetivos, as propostas e metas do PDI, PPC, dos contratos de convênios com os serviços locais de saúde; procedeu-se a visita de avaliação da estrutura física da faculdade e implementadas sugestões para a implantação do projeto.

Desde que aceitei coordenar o mencionado curso, enfrentei esta nova fase profissional como um desafio. Não participei da elaboração do PPC, na ocasião; apenas o revisei e fiz alguns ajustes na grade curricular. Busquei referências no SINAES (legislação sobre avaliação do ensino superior que tinha acabado de ser instituída), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação em Enfermagem (DCN/ENF). Já para as questões acadêmicas, valeram-me a licenciatura em enfermagem, os dois anos como docente em enfermagem de um Centro Universitário no município de São Paulo, e os sete anos como enfermeira assistencial de uma unidade de terapia intensiva de um hospital de grande porte, também no município de São Paulo.

Além de, no processo de aprovação do curso, tive a oportunidade de participar dos seguintes processos avaliativos que compõem o SINAES:

Avaliações internas promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);

Inscrição dos alunos ingressos em 2007 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), além de repassar esclarecimentos sobre sua importância na avaliação de curso;

Preenchimento de formulários eletrônicos do coordenador, requeridos no ENADE, e das planilhas eletrônicas SAPIEnS (Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições do Ensino Superior);

Preparação do reconhecimento de curso: Organização e cadastro dos dados comprobatórios da implantação do projeto pedagógico do curso, com preenchimento das categorias de avaliação presentes no instrumento de avaliação de curso – planilha e-MEC (sistema eletrônico de

acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil).

Na coordenação, percebi que as avaliações formais ou informais estão presentes em todas as ações gerenciais, permitindo a identificação dos pontos fortes e fracos da IE, auxiliando na tomada de decisões e contribuindo sempre para a programação e execução de melhorias para o curso.

Além disso, a busca por informações confiáveis, sobre os processos gerenciais que cercam o ensino superior, é uma constante e uma necessidade eminente, com vistas à qualidade do curso oferecido, ao atendimento às DCNs e às metas orçamentárias, tanto para IES privadas quanto públicas. Tal demanda decorre da já mencionada rapidez com que as transformações econômicas, políticas e sociais acontecem, permeadas por implicações diretas no contexto educacional na transição do último século.

Para atender esse contexto, observo que, atualmente, a visão do coordenador de curso precisa ir além das questões acadêmicas, perpassando as questões administrativas da IES como um todo.

Diante disso, surgiram dúvida e questionamento, sobre o que seria mensurado como qualidade, e quais as influências dos resultados aferidos do SINAES no gerenciamento de curso. Ao utilizar os instrumentos de avaliação do SINAES, percebi que estes podiam contribuir para o processo de gerenciamento de curso, na avaliação das ações e, consequentemente, na construção de indicadores de qualidade.

Nessas condições, considerando a minha experiência e ciente de que a atual política de avaliação do ensino superior, o SINAES, constitui uma realidade no cotidiano do coordenador de curso, implementei para a condução deste estudo os seguintes questionamentos:

- Como é a vivência do coordenador de curso neste sistema?
- Quais as influências desta vivência na sua prática?
- Das informações geradas no sistema, quais são utilizadas no gerenciamento de curso?

Determinando, assim, a tese para compreender melhor a relação do SINAES com o gerenciamento da IES e de curso, e na expectativa de

buscar respostas às questões descritas acima, foi realizada uma investigação e a apresentação dos processos avaliativos já realizados e, posteriormente, buscou-se conhecê-los na realidade do coordenador de curso de enfermagem.

2 COMPREENSÃO DAS BASES TEÓRICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1 Avaliação Institucional na Educação Superior

A compreensão dos pressupostos teóricos sobre avaliação, na atual legislação, perpassa primeiramente os conceitos, por meio dos quais se descrevem suas diretrizes e seus princípios. Conceituar avaliação pode parecer simples, e se tivermos de fazê-lo rapidamente, é possível já identificaríamos as devidas intenções por trás de nossa resposta, pois ela está presente no cotidiano acadêmico, e em quase todas as nossas ações, antecedendo nossas decisões desde as mais simples às mais complexas.

Segundo Dias Sobrinho (2002), a avaliação tem muitas faces, há para ela diversos significados, de forma que se apresenta de vários modos e propõe cumprir distintas finalidades. Além disso, consolida valores, afirma interesses, provoca mudanças, transforma. Descreve, ainda, o autor que, na transformação dos Estados modernos, de forma particular, as reformas dos sistemas educativos contam em seu cerne com a avaliação.

Presume-se que, por tamanha importância, diversos autores colocam a avaliação como marco nas políticas educacionais, econômicas e socioculturais, de modo que, no decorrer de sua história, foram desenvolvidas propostas acerca dela, de acordo com as transformações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos. Além disso, estudiosos realizaram pesquisas analisando seu uso e os impactos do mau uso, conferindo a devida importância de sua revisão e reestruturação aos gestores acadêmicos e administrativos das instituições de ensino superior que, ao se depararem com tais transformações, devem acompanhar os desenvolvimentos para responder às expectativas da sociedade, seja na formação de profissionais, seja na busca por novos conhecimentos e tecnologias (Both, 1997; Sordi, 1997; Beloni, 1998; Dias Sobrinho, 1998,

2002; 2003; Yaszábal, 1998; Arroteia, 2000; Verhine, 2000; Barriga, 2001; Leite, 2001; Suanno, 2002).

Estes autores também enfatizam, em seus estudos, que na educação superior a avaliação deve seguir os princípios da prática social com objetivos educacionais, a globalidade, continuidade, o respeito a identidade e a diversidade educacionais, entre outros descritos a seguir.

De acordo com Yaszábal (1998), a avaliação constitui uma estratégia para mudanças na educação superior, pois pode ser a ocasião propícia para redefinição da missão, restabelecimento de objetivos e metas, elaboração de instrumentos que permitam a verificação do cumprimento destes. Representa, também, a oportunidade para renovação institucional e dos profissionais administrativos, docentes e, principalmente dos estudantes. O autor enfatiza ainda a necessidade de ser participativa, ou seja, todas as pessoas envolvidas no processo devem avaliar sendo então global e integrada.

Beloni (1998) acrescenta que, na educação, a avaliação pode ser um instrumento para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa, tanto das próprias instituições, quanto dos sistemas educacionais, voltadas à melhoria da qualidade das mesmas e do ensino e da sua relevância social.

Ainda, segundo esta autora, a avaliação de instituições e de políticas tem como objeto instituições, sistema e projetos ou políticas públicas, ou seja, a avaliação educacional refere-se à análise do desempenho global, considerando todos os seus fatores envolvidos, face aos objetivos ou missão, seu contexto social, econômico, político e cultural. Envolve, portanto, avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pela dificuldade, com vistas a sua recuperação.

Esta análise corrobora a de Both (1997, p.42) que descreve:

[...] a avaliação institucional certamente contribui significativamente para que as IES repensem suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas de forma crítica e

comprometida, refletindo o seu papel na sociedade como promotora e socializadora do saber capaz de compreender e de modificar a realidade.

Segundo Leite (2001, p. 44), a avaliação institucional é um organizador qualificado que favorece a produção do conhecimento sobre a própria instituição. Defende ainda que *“o controle desta avaliação pelas universidades desenvolve um espaço pedagógico, que vai além de sua gestão e contribui para a formação de subjetividades comprometidas com a democracia”*.

A avaliação também é analisada como marco das políticas para educação superior inter-relacionada com o financiamento público das universidades, portanto, ressalta-se a interferência do poder econômico nos projetos de pesquisas, estímulos aos rendimentos dos acadêmicos e infraestrutura (Barriga, 2001).

O interesse crescente pela avaliação institucional, conforme abordagem de Verhine (2000), é decorrente da convergência de uma variedade de fatores, entre eles a globalização e as conseqüentes crises internacionais de eficiência e desempenho, o que provocou processos de reestruturação governamental em diversas partes do mundo. Diante desse quadro, os setores públicos buscam na avaliação institucional um conjunto de informações (dados, idéias e opiniões) para melhor orientar suas ações administrativas.

Além disso, a avaliação institucional pode ser contextualizada por dois referenciais teóricos distintos e complementares, conforme indicação de Dias Sobrinho (2004), ao enunciar que, de um lado encontra-se o objetivismo epistemológico e de outro a epistemologia subjetivista.

No objetivismo epistemológico, a avaliação é um instrumento de controle, regulação e legitimação de políticas pensadas pelos governantes e focos hegemônicos do mundo econômicos. Sendo predominantemente quantitativa, habitualmente é dirigida para medir os rendimentos de estudantes, que realizam provas padronizadas e ainda tem-se a avaliação como responsabilidade de prestar contas da eficiência e eficácia e de aplicar sanções.

Em relação à epistemologia subjetivista, também conhecida por holística, fenomenológica e naturalista, a avaliação tem por objeto uma realidade complexa, dinâmica, aberta e polissêmica. Consideram-se seus aspectos éticos, políticos e como empreendimento social deve organizar os conjuntos de indivíduos, idéias, ações estruturas e relações com os objetivos de compreender e melhorar as instituições educativas.

Desse modo, a avaliação pode não somente conhecer, mas também colaborar para construir a interação onde ela é frágil ou mesmo inexistente. Ela se realiza, pois, como processo permanente de compreensão e de ação, integrando e desenvolvendo pessoas ou instituições.

Além desses aspectos a avaliação institucional organiza os diversos instrumentos avaliativos, de acordo com os princípios de globalização, de integração e participação e busca contemplar toda essa complexidade, à medida que integra todos os agentes, todas as dimensões e instâncias das IES.

No Brasil, a avaliação na educação é parte integrante das políticas educacionais, garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº. 9396/96, que deve estar presente em todos os níveis da educação (Brasil, 1996).

Para tanto, como citado anteriormente, avaliação da educação superior brasileira é legitimada pelo SINAES, que possui como instrumento central, organizador da coerência do conjunto a avaliação institucional (Brasil, 2007).

Assim sendo, prosseguindo na construção no referencial teórico desta pesquisa, o SINAES foi analisado e descrito com ênfase em seus preceitos legais.

2.2 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)

O SINAES foi concebido nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Suas diretrizes, os princípios e métodos foram discutidos em uma série de estudos promovidos no ano de 2003, pela Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior, que, ao finalizar suas atividades, apresentou as propostas para a criação do SINAES. Esta proposta indicava as influências de outras experiências avaliativas que o antecederam, além do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que podem ser descritos conforme Ristoff; Giolo (2006, p.194):

[...] o processo de avaliação criado e consolidado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir de 1976; o programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), criado em 1983; o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (Geres), instituído em 1985; o Exame Nacional de Cursos (ENC); a Avaliação das Condições de Oferta/Ensino, e a Avaliação de Centros Universitários implantados em 1996.

Em 2004, o SINAES foi instituído pela lei nº. 10.861, anteriormente regulamentado pela Portaria nº. 2.051 do MEC. Tem como objetivo assegurar o processo avaliativo das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A finalidade é a promoção da melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social além, especialmente, da promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

Possui os seguintes princípios fundamentais, Brasil (2007):

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;

- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e
- continuidade do processo avaliativo.

Considerado como referencial básico para a regulação e a supervisão da qualidade do ensino superior, controladas pelo MEC, atualmente quase todas as IES devem ser avaliadas pelo SINAES, excluindo-se apenas algumas instituições públicas que possuem sistema de avaliação próprio, a exemplo da Universidade de São Paulo.

A coordenação e a supervisão do SINAES são de competência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado que tem como função estabelecer parâmetros e diretrizes para sua implantação. Suas atribuições estão descritas no anexo I deste estudo. A responsabilidade de execução, ou seja, de operacionalização, evidencia-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Por sua vez, o INEP instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para os diferentes conhecimentos. (Brasil, 2004a).

Para seu desenvolvimento, é legítima a cooperação dos sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, e ele ainda assegura, conforme art. 2º:

I - a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

No SINAES, o foco dos processos avaliativos são as IES e a avaliação priorizada é a institucional, sendo o principal objetivo o de verificar como as IES são constituídas e como atendem às necessidades da comunidade. Avaliação institucional, por este sistema, é priorizada sob três aspectos:

a) o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação;

b) os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados;

c) os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infraestrutura da própria instituição.

Para atender as finalidades legais descritas acima, no SINAES, compreendem-se os seguintes processos integrados:

Avaliação externa das instituições de educação superior;

Avaliação interna das instituições de educação superior;

Avaliação dos cursos de graduação; e

Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

Compete ao Ministério da Educação tornar os resultados das avaliações das instituições de ensino superior e de seus cursos gerados pelo SINAES público e disponível. Sendo os resultados considerados insatisfatórios, ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre as partes envolvidas, ou seja, a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas à superação das dificuldades detectadas;

III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades, conforme art. 10 da lei 10.861/04:

I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II - cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III - advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não-executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

As penalidades previstas são aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

2.2.1 Avaliação das Instituições de Educação Superior no SINAES

O principal eixo de avaliação são as instituições. Tem-se por objetivo identificar seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, dos cursos, programas, projetos e setores, considerando-se as 10 diferentes dimensões institucionais contidas no art. 3º que devem ser observadas na avaliação interna e externa (Brasil, 2004a), conforme descrito a seguir:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A operacionalização dos processos avaliativos nas instituições acontece da seguinte maneira: a avaliação externa (avaliação in loco) é requerida pela IES ao INEP e este designa as comissões de avaliadores; já a avaliação interna (autoavaliação) é realizada sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação - CPA, criadas na própria IES.

Para a avaliação externa, o INEP designa as seguintes comissões:

I - Comissões Externas de Avaliação Institucional;

II - Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

Cabe ao INEP, sob orientação da CONAES, realizar, periodicamente, programas de capacitação dos avaliadores que irão compor

essas comissões, para a avaliação das instituições e para a avaliação dos cursos de graduação.

Para realizar as avaliações internas as IES, pública ou privada, constituem uma Comissão Própria de Avaliação - CPA, que terá por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes, de acordo com a:

I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;

II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Sendo assim, as atividades de avaliação serão realizadas, com o compromisso de contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

Todavia, ao prosseguir na avaliação das instituições, como já citado anteriormente, devem ser respeitadas a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas. Além disso, deve ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, a pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

As Comissões Externas de Avaliação das Instituições ainda examinam as seguintes informações e documentos de acordo com art. 15. Portaria do MEC 2.051/04 (Brasil, 2004b):

I - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

II - relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES segundo as orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;

III - dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;

IV - dados sobre o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação;

V - relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;

VI - dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;

VII - relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;

VIII - relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da IES, quando houver;

IX - documentos sobre o credenciamento e o último credenciamento da IES;

X - outros documentos julgados pertinentes.

Estas informações e documentos requeridos são organizados e disponibilizados pelas IES e as comissões podem examiná-los por via eletrônica e na IES no ato da visita.

A avaliação das IES resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. Além disso, a Portaria Ministerial nº 300, de 30 de Janeiro de 2006, institui o instrumento de avaliação externa que permite o registro de análises quantitativas e qualitativas, provendo sustentabilidade aos conceitos atribuídos (Anexo II),(Brasil, 2006a).

Resumidamente, para operacionalizar esse processo de avaliação, o primeiro passo é a autoavaliação gerenciada por uma comissão própria de avaliação (CPA), onde se busca o autoconhecimento. Deve-se favorecer a participação de todos na identificação de suas potencialidade e fragilidades, além de permitir a construção de uma cultura de avaliação e de servir de preparação para a realização da avaliação externa.

O segundo passo é a avaliação externa feita por comissão de professores de outras IES do país especialmente selecionados para esta

função, realizada por meio de uma visita in loco que tem por objetivo verificar as informações disponibilizadas anteriormente, conhecer a IES, mas, espera-se que essa comissão auxilie na construção de ações que possam vir a beneficiar o ensino oferecido (Polidori; Marinho-Araújo; Barreyro, 2006).

2.2.2 Avaliação de Cursos no SINAES

Prosseguindo na apresentação dos processos do SINAES, temos a avaliação dos cursos de graduação que é realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, designadas pelo INEP, constituídas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP. Todavia também utilizam instrumento próprio de avaliação informatizado.

As Comissões Externas de Avaliação de Cursos têm acesso antecipado aos dados fornecidos em formulário eletrônico pela IES, de acordo com o instrumento de avaliação da portaria do MEC nº 563, de 22 de fevereiro de 2006 (Anexo III), (Brasil, 2006b).

Dessa forma, os cursos de graduação oferecidos pelas IES também são avaliados de acordo com suas especificadas e têm por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Nesse momento propício, verifica-se também se o PPC está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com o curso avaliado.

A periodicidade das avaliações dos cursos de graduação é definida em função das exigências legais para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, contemplando as modalidades presencial e à distância.

Assim como ocorre para o ingresso das IES no sistema federal de ensino, as avaliações para fins de autorização de cursos de graduação é de competência da Secretaria de Educação Superior (SESu), devendo ser

realizadas segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu.

A aplicação de conceito também segue a mesma sistemática utilizada para a instituição, resulta em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas listadas anteriormente (Brasil, 2006b).

O SINAES encontra-se em fase de implantação, e em constante aperfeiçoamento, isto implica que, à medida que prosseguem as avaliações, novos instrumentos avaliativos e indicadores são colocados em prática, como o Conceito Preliminar de Curso.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) foi criado pelo MEC por meio da Portaria normativa nº 4 de 5 de agosto de 2008, com o intuito de agregar ao processo avaliativo da educação superior critérios objetivos de qualidade e excelência dos cursos.

Trata-se de um indicador prévio da situação dos cursos. Para que os valores se consolidem, e representem efetivamente o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores realizam visitas in loco para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente.

Entretanto, aos cursos que obtiverem CPC igual ou superior a 3 é facultativa a solicitação da avaliação in loco, ou seja, fica a critério das IES, e o conceito pode se tornar permanente. Já para os cursos que tiveram o CPC 1 e 2, serão incluídos automaticamente no cronograma de visitas dos avaliadores. O conceito máximo é 5, sendo os cursos que obtiverem este conceito são considerados de excelência. O CPC é aplicado para os cursos em processos de renovação do reconhecimento de curso.

Composto por diferentes variáveis, o CPC traduz resultados da avaliação de desempenho dos estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógico e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do ENADE, incluindo o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados (IDD), o questionário socioeconômico e o Cadastro de docentes (Brasil, 2008).

2.2.3 Avaliação do desempenho dos estudantes no SINAES

Por último, o SINAES assegura a participação do corpo discente com a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação que é realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

O ENADE afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial, e a outras áreas do conhecimento (Brasil, 2004a).

Na aplicação do ENADE, admite-se a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. Sua periodicidade máxima de aplicação é trienal.

Os estudantes selecionados para o ENADE além de realizar a avaliação descrita acima também respondem a um instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação condição indispensável para a emissão do histórico escolar, independentemente de o estudante ter sido selecionado ou não na amostragem.

A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE é expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

Além da avaliação de conhecimentos específicos, os alunos selecionados pelo INEP, como parte deste exame, ainda se aplica um questionário socioeconômico para compor o perfil dos estudantes do primeiro e do último ano do curso; e o coordenador responde a um

questionário objetivando reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso.

Em análise comparativa com o exame que antecedeu o ENADE, denominado Exame Nacional de Cursos, conhecido popularmente como “Provão”, Verhine; Dantas; Soares (2006) apontaram as diferenças entre esses exames, quanto ao método de aplicação da avaliação aos alunos ingressantes; a avaliação trienal, em lugar da frequência anual do Provão; a utilização de pesos maiores as competências profissionais e gerais com ênfase aos temas transversais, em vez de medir o desempenho no final do curso, e destacam a importância do resultado do ENADE estar articulado com as avaliações da instituição e de curso.

Ao comparar os alunos ingressantes com os concluintes, estes autores descrevem que podem existir problemas óbvios para mensuração dos resultados, por exemplo, o perfil de estudantes de um determinado curso ou instituição pode ter sido alterado ao longo do tempo devido ao efeito de seleção ao longo do curso (através da aprovação/ reprovação dos alunos), que tende a artificialmente inflacionar o indicador de diferença de desempenho; no caso da análise dos resultados de diferentes anos, a comparação de alunos ingressantes com concluintes pode gerar incentivos indesejáveis e processos de avaliação, internos, em cada curso, mais voltados para um bom indicador de diferença de desempenho.

Nesse sentido, exemplos de possíveis políticas institucionais podem ser encontrados, como o encorajamento de alunos ingressantes a demonstrar um desempenho ruim no teste e, ou o aumento da seletividade no processo de aprovação das disciplinas nos cursos avaliados, segurando no percurso aqueles alunos com desempenho que venha a “comprometer” o resultado da instituição no ENADE Verhine; Dantas; Soares (2006).

2.3 O SINAES e a Gestão Acadêmica dos Cursos de Enfermagem

Como já referido, espera-se que a avaliação institucional seja um instrumento na melhoria da qualidade nas instituições de ensino, que possa sinalizar as potencialidades e fragilidades de forma global e com a participação da sociedade.

Considerando-se a integração das informações obtidas com o SINAES, elas podem ser utilizadas pelas IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e públicas em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições (SINAES, 2007).

Para que isto ocorra, as dimensões de análise da avaliação externa das IES contemplam as análises das articulações entre os PDI e o PPI com as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, bem como a articulação com a avaliação institucional, autoavaliação e avaliação externa (Brasil, 2007).

Nesse sentido, cabe destacar que todos os procedimentos que são requeridos pelo SINAES estão informatizados, a comunicação com o INEP e as informações das IES é operacionalizada via internet. O INEP disponibiliza em seu site todos os instrumentos oficiais dos processos. Estes dados permitem o acompanhamento e norteia as ações dos avaliadores do INEP, dos componentes da CPA, dos gestores das IES e dos cursos de graduação, além de definir políticas educacionais. Esse sistema busca integração dos bancos de dados oficiais do MEC (Ristoff; Giolo, 2006).

Todavia, caso a IES se proponha a construir um processo de Auto-Avaliação Institucional, precisará planejar as etapas desse processo, a fim de alcançar sucesso, sendo estas: preparação; elaboração do projeto; de organização do processo; de condução do processo; resultados e informes; validação; plano de ações e tomada de decisões em uma lógica permanente. Podem ser usados diversos instrumentos para a coleta de

dados e informações, como, por exemplo, a metodologia do grupo focal conforme estudos de Suanno, 2002.

Para Marback Neto; Falcão (2007, p. 143), considerando os processos gerenciais das IES, a avaliação institucional “é um poderoso e imprescindível instrumento gerencial e pedagógico que envolve a aferição, revisão e construção”. Sobretudo, seus resultados revelam a qualidade do desempenho institucional e gera insumos para os processos decisórios. Por outro lado, acrescentam que a implantação dos resultados da avaliação deve ser compatível com a gestão orçamentária da IES, tanto das públicas quanto das privadas, pois todo esse processo avaliativo gera custos que precisam ser contabilizados.

De acordo com Eyng (2007), entre o projeto pedagógico institucional (PPI) e a avaliação institucional, existe uma relação dialógica, pois se configuram como estratégias primordiais na gestão da ação institucional que objetive conquistar uma maior autonomia com vistas à construção de sua identidade. Acrescenta ainda:

A definição da identidade institucional inicia-se, pois, na compreensão clara da missão da IES, que se consubstancia mediante ações intencionais e integradas de ensino, pesquisa e extensão definidas no projeto pedagógico institucional e aperfeiçoadas pelo processo de avaliação (Eyng, 2007, p. 162).

Nessa perspectiva, na orientação da eficácia dos processos de ensino dentro das IES e diretamente envolvido com o SINAES, está o coordenador de curso, articulando o gerenciamento das ações acadêmicas no processo de ensino e as demandas das avaliações oficiais. Para isto, requer-se que este profissional, na gestão de curso, utilize todos os instrumentos do gerenciamento, como o planejamento, o controle e a avaliação dos processos.

Os processos de avaliação utilizados para o curso de enfermagem são os mesmos dos demais cursos superiores credenciados ao Ministério da Educação. O SINAES passou a ser fundamental como garantia da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF) como atividade orientadora para a

elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) inovadores (Lopes Neto, et al, 2008).

As DCN/ENF norteiam as IES na formação cidadã e profissional da (o) enfermeira (o), na definição dos componentes curriculares essenciais, na implementação de estágios curriculares supervisionados, na inclusão de atividades complementares e na organização do curso, tendo por base a flexibilização curricular. Além disso, ressalta a importância da diversidade de cenários de aprendizagem, ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e na realidade locorregional, para proporcionar a integralidade das ações de enfermagem. Esses elementos devem relacionar os processos de construção do conhecimento sobre o processo saúde-doença, nas diferentes fases do ciclo vital humano (CNE/CES, 2001).

É nesse contexto que as DCN e o PPC assumem prioridade na agenda da educação superior. Porém, como referendam Lopes Neto et al. (2008, p. 47):

[...] não basta definir DCN, é necessário implementá-las; não basta elaborar PPC, é necessário implementá-los com aderência às DCN; não basta expandir a educação superior, é necessário avaliá-la em busca da qualidade e do compromisso com a justiça social e com as inovações científicas e tecnológicas.

A adesão e implantação/implementação das DCN pelas IES e cursos devem constar, respectivamente, em seus PDI e PPC que são analisados praticamente em todo SINAES, principalmente na avaliação de curso na Dimensão Organização Didático-pedagógica e em questões do ENADE.

Ao analisar 112 relatórios de avaliação de curso de enfermagem identificando a aceitação e implantação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) às Diretrizes Curriculares Nacionais nos Cursos de Enfermagem, Lopes Neto et al. (2008) apontam para a necessidade das escolas/cursos buscarem melhor vinculação entre a adoção das bases epistemológicas presentes nas DCN/ENF e as propostas nos PPC/ENF. Além disso, destacam diversos desafios na avaliação de curso de enfermagem como a implantação de um processo contínuo de capacitação dos avaliador-

educadores, a construção coletiva de protocolos de avaliação que tratem da temática complexa “expansão com qualidade com respeito às diversidades regional e cultural e à identidade institucional” (Lopes Neto et al., 2008, p. 52), garantindo às especificidades da área da saúde e da enfermagem.

Neste contexto, o SINAES é uma realidade que, de alguma forma, pode determinar, influenciar e interferir nos processos de gestão administrativa e acadêmica das IES, consequentemente no trabalho do coordenador de curso.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivos:

- Conhecer a vivência dos coordenadores de curso de graduação em enfermagem das Universidades do município de São Paulo, em relação ao SINAES;
- Identificar as influências da vivência no SINAES na prática da coordenação de curso;
- Descrever como são utilizadas as informações geradas pelo SINAES no gerenciamento do curso de enfermagem.

3. DESCREVENDO A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Considerando a natureza dos meus questionamentos, já manifestados nesse estudo, optei por explorar e escrever a referida temática utilizando a abordagem qualitativa, conforme conceituação adiante.

3.1 Apresentando o Referencial Metodológico

As pesquisas exploratórias segundo Gil (1999), referindo-se aos grupos de pesquisa de Selltitz et al., têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Já as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno.

O estudo exploratório também tem como objetivo proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, além de possibilitar a realização de descrições precisas da situação e descobertas sobre as relações existentes entre os elementos componentes da mesma, sendo recomendado por alguns autores quando o tema escolhido é pouco explorado ou conhecido. (Gil, 1999; Cervo, 2002).

A pesquisa de tipo exploratório, segundo Marconi e Lakatos (2006), objetiva a obtenção de informações e, ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar.

Segundo Polit (1995), a pesquisa qualitativa pauta-se na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores, ou seja, visa documentar e interpretar o

que está sendo estudado em um contexto particular, sob a perspectiva das pessoas envolvidas.

3.2 Cenário da Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida em 6 universidades do município de São Paulo que ministram o curso de Enfermagem reconhecido pelo MEC. Para selecionar as que constituiriam fonte deste estudo, utilizei os seguintes quesitos como critérios de inclusão: a instituição de ensino superior deveria estar credenciada como universidade; estar localizada no município de São Paulo; ministrar o curso de enfermagem reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). A escolha por universidade foi em razão de essas instituições possuírem estruturas acadêmicas e administrativas consolidadas e implantadas na sua totalidade.

Para obtenção do número de universidades com curso de enfermagem no município de São Paulo, foram consultadas as bases de dados disponíveis sobre universidades e cursos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Neste levantamento, foi obtido um total de 11 universidades, 9 privadas e 2 públicas. As universidades foram contadas uma única vez, mesmo possuindo mais de um campus no município, ora por ter um único coordenador ou por ter protocolos de gestão padronizados. Das 11 universidades, 3 não responderam aos e-mails e telefonemas, 1 universidade recusou participar da pesquisa e 1 por possuir sistema próprio de avaliação não participa do SINAES; portanto, foram 6 universidades privadas que participaram da investigação.

Nas universidades estudadas, a quantidade de campus variou de 1 a 8, e a regulamentação dos cursos de enfermagem aconteceram entre os anos de 1982 a 2004, tendo-se obtido a aprovação entre 1984 e 2007, por meio do reconhecimento do Ministério da Educação. Entretanto, há de se considerar que a regulamentação dos cursos é anterior à implantação do

SINAES, pois os cursos eram regulamentados por decreto ou resolução ministerial.

Nesses cursos, são oferecidas, em média, 153,33 vagas anuais. Os dados permitiram verificar que, em relação ao número de alunos matriculados, referidos pelos coordenadores, houve variação entre 140 e 900 alunos. O número de formaturas variou de 3 a 31 turmas. A carga horária variou de 3.207h a 4.000 h.

Com referência à carga horária total do curso, a legislação atual, Portaria MEC nº 1.721, de 15-12-1994, fixou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação em Enfermagem, estabelecendo em seu art. 5º (Brasil, 1994):

O curso de graduação em Enfermagem terá a duração mínima de 4 (quatro) anos (ou 8 semestres) letivos, e máxima de 6 (seis) anos (ou 12 semestres) letivos, compreendendo uma carga horária de 3.500 horas/aula.

Entretanto, atualmente, há o Parecer CNE/CES nº 213/08, de 09 de outubro de 2008, homologado pelo Ministro da Educação em 10 de março de 2009, cuja carga horária mínima é de 4.000 horas. Assim, somente o curso C5 atende a essa exigência, devendo os demais rever seus projetos pedagógicos de curso (CNE/CES, 2009).

O número de coordenadores por curso variou de 1 a 9, por incluir todos os campus pertencentes a uma mesma universidade. Encontramos uma universidade onde não existe o cargo de coordenador, e sim de diretor, o qual assume todas as atribuições da coordenação. Constatou-se que 2 cursos possuem coordenadores de estágio. Quanto ao número de professor por curso, a proporção variou de 0,9 a 1,98 professor por disciplinas.

3.3 Sujeitos da pesquisa

O foco de interesse desta pesquisa é a vivência dos coordenadores de curso de enfermagem no SINAES. Essa escolha firmou-se no fato de que os coordenadores de curso são os atores dentro das IES que participam de

todos os processos avaliativos do SINAES e por estarem em uma posição que possibilita a articulação das questões acadêmicas com as administrativas.

No período de coleta, foram identificados 18 coordenadores que potencialmente poderiam participar do estudo. Destes, 8 pertenciam a uma única universidade que seguia protocolos acadêmicos e administrativos padronizados por uma coordenação geral dos cursos de enfermagem; 3 não responderam aos e-mails e contatos telefônicos; e houve 1 recusa formal. Dessa forma, fizeram parte do estudo 6 coordenadores.

Foram os seguintes quesitos que constituíram critérios de inclusão dos participantes neste estudo: os coordenadores que vivenciaram algum processo de avaliação do SINAES e estavam trabalhando na universidade com o curso de enfermagem reconhecido pelo MEC.

Essa seleção permitiu que fossem entrevistados 6 coordenadores com o perfil estabelecido.

Os coordenadores apresentaram a seguinte caracterização: faixa etária entre 41 e 52 anos; todos do sexo feminino; entre 20 e 33 anos de formados; 4 doutores e 2 mestres; entre 5 e 22 anos no exercício da docência, e entre 1 a 12 anos na coordenação de curso.

Dentre os coordenadores entrevistados, 5 relataram atuação como docentes no curso que coordenam e 1 também coordena um curso de pós-graduação.

A jornada de trabalho semanal confirmada por todos foi de 40 horas, sendo que, na coordenação, variou entre 16 e 40 horas; já no exercício da docência variou entre 2 e 24 horas.

3.4 Preceitos éticos da pesquisa

Em atenção os preceitos éticos da pesquisa, envolvendo seres humanos, determinados na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, foram tomadas algumas precauções, conforme descrição abaixo:

Após aprovação no exame de qualificação do Programa de Mestrado de que a autora faz parte, o projeto foi encaminhado para o Comitê em Pesquisa da EEUSP, sendo aprovado sem restrições (Anexo IV).

O projeto aprovado foi encaminhado às instituições e aos participantes do estudo para apreciação, consentimento no desenvolvimento da pesquisa e respectivas autorizações para serem realizadas as entrevistas (Anexo VI).

As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de horário e dia do coordenador em seu horário de trabalho. O preenchimento do roteiro da entrevista foi realizado pela pesquisadora na transcrição da entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, cuidei de esclarecer aos participantes os objetivos da pesquisa em cuja ocasião foram informados de que a qualquer momento poderiam desistir da participação no estudo sem quaisquer sanções, sendo-lhes assegurada, também, a garantia do anonimato.

Para obter a participação na pesquisa, elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 6) que, após leitura e concordância, foi assinado em duas vias (uma para o sujeito da pesquisa e outra para mim).

As entrevistas foram gravadas em dispositivo eletrônico do tipo MP3, assegurando a privacidade dos partícipes, bem como o sigilo quanto a personalização de seus depoimentos.

Para garantir o anonimato, identifiquei os sujeitos da pesquisa com a letra “E” (inicial de entrevista ou entrevistado), seguindo-se um número em ordem crescente de cada entrevista realizada.

3.5 Técnica de coleta dos dados

Os dados dos sujeitos da pesquisa foram obtidos por meio de entrevista com a utilização de um roteiro semiestruturado (Anexo IV),

composto por três partes distintas. Na primeira, foram solicitados os dados inerentes à identificação do curso; na segunda parte, os dados de identificação dos participantes da pesquisa; e na terceira as perguntas orientadoras relacionadas aos objetivos do estudo.

Foi realizado um pré-teste para avaliar a objetividade, a clareza, a compreensão e a coerência das questões contidas no roteiro de entrevista. Assim, contei com a colaboração de 4 colegas coordenadores, de outras áreas, os quais vivenciaram o SINAES. Após análise, as questões foram modificadas, tendo a seguinte formulação:

Como você descreve a sua vivência no SINAES?

O que esta vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador (a) de curso?

Como você utiliza as informações do seu curso geradas pelo SINAES?

3.6 Obtenção das entrevistas

A coleta de dados aconteceu no período de 20 de outubro a 1º de dezembro de 2008, de acordo com as possibilidades dos participantes.

O convite para coordenadores de curso para participarem da pesquisa foi feito por meio eletrônico (e-mail) e telefônico. Estes endereços e números de telefones foram obtidos por meio das home page registradas no site do INEP/MEC. Havendo a necessidade, foram encaminhadas aos responsáveis administrativos, para os devidos protocolos, cartas para autorização da pesquisa e após o aceite foi realizada a coleta de dados com os coordenadores de curso (Anexo VII).

As entrevistas foram gravadas em dispositivo eletrônico do tipo MP3. A transcrição foi feita na íntegra, permitindo assim sua leitura fluente e identificadas com a letra “E” seguindo de um número em ordem crescente das entrevistas realizadas, assegurando a privacidade das pessoas e seus depoimentos (Anexo VIII).

O tempo de duração das entrevistas variou de 11 min 30s a 26 min39s minutos e transcorreram sem imprevistos.

3.7 Análise das entrevistas

Para análise, as entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra, permitindo assim uma leitura fluente dos depoimentos.

Na análise dos dados, utilizei o referencial de análise de conteúdo de Bardin (1977), definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens Bardin, (1977, p. 42).

Devido a isto a análise do conteúdo foi organizada seguindo as três fases de proposta pela mesma autora: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material e 3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

1. Pré-análise: é a fase de organização propriamente dita. Correspondeu à escolha de toda a documentação necessária para a análise. Neste estudo foram utilizados os objetivos propostos, os referenciais teóricos que fundamentaram a interpretação final e as transcrições das entrevistas.

Essa fase permitiu uma visão abrangente dos dados obtidos, o que facilitou a categorização e apresentação dos mesmos.

2. Exploração do Material: nesta fase ocorreu a exploração do material, a análise de fato. Trata-se da administração sistemática das decisões tomadas, corresponde às operações codificação, visando alcançar o núcleo de compreensão do texto. Utilizando-se as categorias definidas anteriormente, tratou-se do material, conforme definição de codificação segundo Bardin (1977) “corresponde ao processo pelo qual os dados brutos

são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Nesta etapa “os resultados obtidos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos”, sendo utilizadas operações estatísticas simples como a proporção e a categorização dos dados.

Assim procedemos à organização e análise dos dados, sendo as categorias agrupadas de acordo com os temas das questões norteadoras da pesquisa. Foram feitas leituras sucessivas para apreenderem os seus significados.

Dessa forma, foram construídas as categorias de análise dos conteúdos das entrevistas, procurando manter ou abstrair a essência do que foi relatado pelos sujeitos desta pesquisa.

Desse processo reflexivo foram surgindo as inferências e a conclusão do estudo, sem se ter a pretensão de esgotar o assunto, pois se trata de uma pesquisa exploratória que visa colaborar com discussões posteriores a cerca da vivência do coordenador de curso de enfermagem no SINAES e sua influência e utilização na gestão de curso.

4. CONSTRUINDO AS CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS

Esta etapa teve início logo após terminar a transcrição das informações obtidas nas entrevistas. Primeiramente, as entrevistas foram analisadas uma a uma e, em seguida, em conjunto. Nesse momento, os objetivos foram: verificar, na totalidade das respostas, quais eram convergentes, ou que apresentassem semelhança; agrupar as respostas nas categorias.

As categorias foram construídas a partir das três questões norteadoras apresentadas anteriormente, desvelando assim as vivências, as influências e utilização das informações do SINAES na prática dos coordenadores de curso de enfermagem. Elas são apresentadas em conjuntos, considerando-se a reciprocidade dos sujeitos em seus relatos.

Surgiram, então, as seguintes categorias: vivências relacionadas a implementação do SINAES no âmbito do curso; influências nas ações de gerenciamento acadêmico; aplicação das informações geradas pelo SINAES no gerenciamento de curso.

4.1. Vivências relacionadas à implementação do SINAES no âmbito do curso

No que diz respeito à categoria Vivências, relacionadas à implementação do SINAES no âmbito do curso, os relatos evidenciaram as ações destinadas à operacionalização dos três processos avaliativos que compõe o SINAES (avaliação institucional externa e interna, avaliação externa de curso e avaliação discente) no âmbito do curso.

Destacaram a avaliação institucional interna realizada pela CPA, o ENADE, a avaliação externa de curso e uma aguardava a avaliação institucional externa. Além disso, devidos os resultados do CPC, todas aguardavam o resultado da Comissão de avaliação Externa de Curso.

Os relatos revelaram como foi a participação nos processos avaliativos, caracterizados por informar a comunidade acadêmica sobre a importância das avaliações, discutir em reuniões com a CPA e informalmente com alunos e professores para a identificação dos problemas existentes no curso e busca de soluções para resolvê-los, acompanhar as visitas in loco das comissões de avaliadores de curso e informar os resultados das avaliações aos alunos e professores.

Além disso, os coordenadores expressaram os problemas operacionais do SINAES vivenciados no seu dia-a-dia, como o despreparo dos avaliadores externos e das comissões internas de avaliação, as divergências entre as questões presentes no ENADE com o que é preconizado pelas diretrizes curriculares nacionais para a graduação em enfermagem. Por outro lado, também encontramos expressões positivas sobre o SINAES, como importante para a IES, de grande aprendizado para o coordenador, apesar das dificuldades em compreender os processos avaliativos.

“Na CPA participo de reuniões junto aos alunos, ao corpo docente e funcionários, realizando a conscientização da importância auto-avaliação e da participação da universidade enquanto inserção social”.E1

Em relação a avaliação de curso,...a gente vivenciou no curso que é uma avaliação subjetiva, se a pessoa tem experiência em instituição privada ela releva alguns pontos, porque ela conhece o nosso dia-a-dia, se ela tem experiência de instituição pública vem com outro olhar totalmente crítica e normalmente a nota é pior, então assim eu não sei como seria isso, um avaliador me disse que eles estão tentando direcionar, avaliador privada para instituição privada e avaliador de instituição pública para instituição pública, porque é totalmente diferente, então assim essa avaliação é muito subjetiva. E2

Em relação ao ENADE são as dificuldades que nos verificamos nosso dia-a-dia,! Eu acho muito complicado o que a mídia faz, divulgando que nós somos os piores, na

verdade a gente tem aluno muito deficiente e, outra coisa a gente vai incluir ou não este aluno no ensino superior? As federais são melhores, porque os alunos são muitos melhores, então assim há um viés na investigação. E2

... peguei o resultado e tenho que resolver e responder para os superiores da universidade, então assim não foi bom. Analisando este resultado o que eu avalio, eu avalio que as diretrizes curriculares fazem para gente fazer um ensino regionalizado, quando chega a prova é uma prova igual para todos, alguns enfoques falhos no curso que a gente se auto-avaliando a gente percebeu que algumas coisas que os alunos realmente foram mal foi porque a gente estava com deficiência. E3

... na avaliação interna também tem a dificuldade de fazer o aluno entender que é importante que ele faça a avaliação, até a gente fez uma campanha em sala de aula, falando: - olha é o momento de você reclamar. E3.

Na avaliação externa de curso, bom! Tive um aprendizado muito grande, mas não deixa de ser traumático....quando o avaliador vem, você fica refém do viés do avaliador, porque cada um traz a sua instituição como referência e no meu caso eu tive duas avaliadoras, uma avaliadora de uma universidade pública e uma avaliadora de uma universidade privada, só que ambas de universidades potencialmente ricas, não só em questões financeiras como em questão de oferta de curso, de infraestrutura, enfim uma série de coisas que nós não tínhamos aqui na ocasião. E4

... acredito que o que nós tínhamos de melhor para oferecer na ocasião da avaliação era exatamente o trabalho desenvolvido dentro do curso de enfermagem, as atividade de extensão que a gente realiza junto à comunidade, inserindo o aluno precocemente no campo, dando a ele a responsabilidade social, tudo isso foi deixado de lado, porque para aquelas avaliadoras isto não era importante, nós estávamos em plena jornada científica naquele momento, então os alunos todos com disposições de trabalho interdisciplinar, isso é uma potência que a gente demonstra e não foi valorizado pelo ponto de vista delas, não houve valorização. Entretanto, elas se prenderam na estrutura da universidade que hoje eu sei que faz parte muito mais da avaliação institucional e não da avaliação do curso e na ocasião eu não sabia. E4

...nós não nos preparamos para o ENADE, não fizemos nenhuma coisa especial para o ENADE, a gente fez toda uma divulgação com o alunado, nós temos um sistema em que a gente trabalha com reuniões pontuais com a representação discente além de reuniões pontuais com as

turmas, já tem um calendário, então a gente sensibilizou os alunos para a importância do ENADE a universidade tem um interesse no ENADE isso teoricamente é um item que pode nos ajudar ou pode nos prejudicar no sentido da gente ter candidatos, então é uma coisa que nos interessa. E5

Os coordenadores do curso de enfermagem também expressaram suas preocupações com relação a preparação e organização dos processos acadêmicos e administrativos requeridos no SINAES. Observamos que as vivências estão relacionadas a informar, conscientizar da importância da participação de todos no processo avaliativo. Por outro lado, notamos que existem ações voltadas para o preparo para o momento avaliativo, seja na preparação específica do aluno, na organização dos documentos institucionais ou no depósito de informações requeridas pelos sistemas eletrônicos de dados e protocolos do SINAES dentro dos prazos estabelecidos.

...dos itens da avaliação do SINAES como um todo e da avaliação da universidade eles também não são claros, você entra com os dados pelo sistema, o sistema é eternamente congestionado e perde dados, o próprio MEC migrou do sapiens para E-MEC, então assim ao mesmo tempo em que melhorou o sistema você perdeu dados, por exemplo, os cursos agora que teve uma nota dois o MEC determinou que a gente pudesse recorrer e protocolar novamente o relatório e então aguardar a visita, ao mesmo tempo em que ele faz isso, ele manda outra comunicação dizendo que aqueles cursos que estavam em período de reavaliação obrigatoriamente tinham que entrar com os dados. E5

4.2. Influências nas ações de gerenciamento acadêmico

No que diz respeito a influências no gerenciamento acadêmico, as respostas evidenciam as ações voltadas para a articulação e implementação do PPC, bem como a atualização do que é requerido para a formação do enfermeiro. Além disso, as influências da experiência do coordenador de

curso; no preparo do aluno para os processos avaliativos; na contratação de corpo docente titulado; na aquisição de subsídios para melhorias, direcionamentos das mudanças e reestrutura do PPC; na participação do colegiado de curso e na busca de outros processos avaliativos informais.

...sim influencia, o coordenador de curso tem que primeiro ter exercido a função de enfermeiro e em seguida ele tem que ter exercido também função docente para depois ele ter uma dimensão do que é a profissão, os requisitos que precisa ter o coordenador com uma visão mais geral mais sistêmica mais integradora, trabalhar muito a questão da interdisciplinaridade. E1

O coordenador precisa que ter maturidade para perceber a necessidade de integrar e até entender o sistema avaliativo, muitas das questões do SINAES inferem nisso, qual é a atuação do aluno frente a participação multidisciplinar, que papel ele têm no PSF, na saúde pública de uma forma em geral, na inserção dele na área hospitalar? Atuar individualmente, mas sempre inserido em um grupo. E1

Influenciou em muita coisa, de lá pra cá ela me deu base para mudanças estruturais, então tive de mudar de prédio, embora eu saiba hoje essa avaliação de estrutura física não compete ao avaliador de curso, mas a gente conseguiu uma instalação física melhor, a tão sonhada clinica de enfermagem, que a gente batalhou bastante para ficar pronta e a gente conseguiu uma reestruturação do laboratório de anatomia. E4

... influenciou em termos de estrutura pedagógica, como a reconstrução do projeto pedagógico do curso e ai sim foi o norte do que deva estar contemplado nesse projeto pedagógico, que até então nós não tínhamos esta consistência que deveria permear esse projeto pedagógico. E4

Com essa avaliação do SINAES a gente conseguiu fazer com que esse colegiado assumisse as regras do curso e repensasse junto à reestruturação do curso para que a gente não passe novamente por todo esse sofrimento. Por outro lado, para atender a essa nova determinação em função dos IDD dois, nós montamos um núcleo de assistência estruturante. E4

...esse tipo de avaliação é importante para o professor, ele é imprescindível, esses momentos de avaliação e de troca com a representação discente eles são importantes, para a gente poder direcionar o curso, o projeto pedagógico do curso, então a avaliação, não só o SINAES como um todo. E5

Os coordenadores também expressaram o SINAES como sendo um elemento direcionador importante na gestão, e que amplia a visão da universidade, mas também que pode se tornar um dificultador. Contudo, são relatadas influências nas ações voltadas para a comparação de informações entre as IES, na projeção dos pontos frágeis e pontos fortes, nas medidas de intervenção a curto, médio e longo prazos, na elaboração de documentos administrativos que busquem aproximar as questões acadêmicas das metas financeiras necessárias para a qualidade do curso.

O SINAES ele tem um elemento direcionador, ele te dá uma visão, mas às vezes equivocada da universidade como um todo, ele é importante, ele é positivo, mas hoje ele tem me atrapalhado mais do que me ajudado, mas mesmo assim eu vejo positivamente, mesmo tendo tido uma experiência negativa, eu vejo positivamente, porque eu acredito que a gente tem que ter mecanismos institucionalizados para a avaliação, na hora que você não tem é muito difícil você estabelecer e você se comparar com outra instituição E5

... o resultado da CPA já desdobrou em uma ação das coordenações que fizeram uma projeção dos pontos frágeis, pontos fortes e que medidas precisam ser tomadas e de quem são as responsabilidades, a curto, médio e longo prazo, então isso formou um panorama que esta hoje nas mãos da reitoria, tentando montar um documento que vai dar subsídio também para a instituição fazer o ajuste do plano pedagógico, do plano institucional, de metas que consiga fazer essa aproximação da das metas financeiras da empresa junto com a questão acadêmica e de cumprimento dos requisitos necessários para qualidade do curso. E6

4.3 Aplicação das informações geradas pelo SINAES no gerenciamento de curso

Nestas categorias buscou-se identificar como são utilizadas as informações geradas pelo SINAES no gerenciamento de curso.

No que tange à organização didático-pedagógica, observamos que as informações são utilizadas para atender o que determina as DCN para o curso de enfermagem, como a adequação dos conteúdos curriculares, a interdisciplinaridade, a inserção em campos de prática diversificados, a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso (TCC) e a contemplação das atividades complementares. Encontramos também relatos de utilização das informações na organização e no planejamento das ações acadêmicas e administrativas, na preparação do aluno para o ENADE, na avaliação dos trabalhos realizados e nos esclarecimentos sobre o SINAES para a comunidade acadêmica.

... ampliamos a nossa inserção nas unidades da rede básica de saúde para ir de encontro a LDB (Lei de Diretrizes e Bases). E1

... em relação ao curso propriamente dito, procuramos estar sempre atualizando os conteúdos, promovendo cursos internos de atualização aos alunos, vivências, oficinas de trabalho, a gente procura fazer sempre integrada aos outros cursos, dando esta visão mais geral. E1

...os trabalhos de conclusão de curso nosso são todos pesquisas de campos em que o aluno ou ele divulga em evento científico ou ele publica, a gente tem uma revista. E1

... como é um curso pequeno a gente conversa muito diretamente, eu dou aula no quinto e sexto período, final de aula as vezes eu não consigo sair, vira um balcão de reclamação e eles tem esse acesso a nós aqui, então é muito tranquilo, a gente não espera a avaliação geral, muitas vezes quando a avaliação chega para gente, a gente já sabia do problema, a gente já está se organizando. E3

...começamos a trabalhar a interdisciplinaridade de que forma, com mudança da matriz colocando os professores de disciplinas afins para trabalharem em conjunto, então o professor de anatomia ele segue o mesmo sistema humano que o professor de fisiologia para poder casar. E4

Ainda, as falas desta categoria indicam a utilização das informações no desenvolvimento do corpo docente nas atividades acadêmicas, na atenção ao corpo discente e nas assessorias do corpo técnico administrativo. Utilizam, para incentivar a produção científica, a capacitação docente e na conquista de carga horária integral para uma porcentagem dos professores.

...em relação aos docentes é claro que produção intelectual uma coisa é importante. A gente prioriza muito a realização de trabalhos com os alunos aqui, temos pelo menos uma iniciação científica nova por campo subsidiada por bolsa E1

O docente a importância dele se atualizar e ver a importância de cada vez ele estar se capacitando, nas suas deficiências para que ele consiga alcançar e oferecer um ensino de melhor qualidade sempre. A maioria dos nossos docentes 80% tem carga horária integral aqui, carga horária intensa. E1

Utilizo pontualmente. Se eu recebo uma avaliação ruim de um professor, eu vou conversar com esse professor, vou pontuar... aqui, por ser um curso pequeno, a gente tem um contato muito próximo com o aluno, o aluno sobe muito aqui, o aluno vem reclamar da prova, então assim eu sempre valido essa informação. E3

A primeira providência que a gente toma ao receber e analisar é socializar com o corpo docente e é socializado literalmente, então assim se um lá tem uma colocação de um determinado professor, isso todo o corpo docente vai tomar conhecimento, porque nós optamos por não esconder nenhuma coisa da avaliação. E5

... para o alunado a gente usa a mesma estratégia, a gente disponibiliza o relatório para a representação, então nós trabalhamos com o centro acadêmico, com a atlética e com a representação discente por sala, em cada sala eu tenho dois representantes e, esse dois representantes a gente tem um calendário de reuniões mensais com eles. E5

...eu observo e que ajuda, nós temos uma assessoria acadêmica que presta não só para os cursos, mas também para pró-reitoria, dentro da estrutura organizacional aqui da escola que está muito atenta, está ligada as questões que são colocadas pelo MEC, nesse programa de toda avaliação do SINAES e isso nos ajuda bastante, uma pessoa ou algumas pessoas que fazem parte da assessoria acadêmica que ajudam também a dar, a interpretar as diretrizes, os módulos, as coisas que vêm para serem implantadas no SINAES. E6

Nessa categoria, é válido evidenciar que, em três relatos, percebemos como as informações contribuíram para conquistas e melhorias das condições de estrutura física da universidade, consolidando aquisição de recursos imediatos, requeridos para a formação do enfermeiro.

“... Utilizo na infraestrutura, muito importante a gente ter toda a infraestrutura necessária acolhedora a esse aluno, biblioteca, salas de vídeo, sistemas on-line. E1

...têm coisas que a gente não tem interferência, então aí eu passo para as instâncias superiores, mas quando, por exemplo, um aluno vem e reclama da sala de aula, que a sala é pequena, que a sala é apertada, eu tento trocar de sala, então assim a gente sempre usa o dado para tentar organizar o que esta acontecendo. E3

...tivemos a reestruturação física, conseguimos mudar para outro prédio, uma clínica de enfermagem e um novo laboratório de anatomia. E4

Observa-se, nestas descrições, a ênfase dada à importância das tecnologias educativas disponíveis para o desenvolvimento docente e discente, em articulação com as atividades planejadas e realizadas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O referencial teórico sobre análise de conteúdo de Bardin (1977) serviu de base para esta análise, conforme citado anteriormente. Nessa ocasião, os dados tornam-se significativos e revelam-se a partir das categorias abstraídas da vivência dos coordenadores de curso de enfermagem que atuam em universidades do município de São Paulo.

Todos eles vivenciaram de alguma forma os processos avaliativos do SINAES (avaliação institucional externa e interna, avaliação de curso e avaliação discente) e destacaram em seus relatos a avaliação institucional interna conduzida por uma CPA, a avaliação discente (ENADE) e a avaliação externa de curso.

As vivências foram relatadas por meio de ações e percepções que se relacionavam à implementação, organização e preparação dos processos gerenciais requeridos pelo SINAES no âmbito do curso. Desta forma, os coordenadores relataram ter vivenciado o SINAES por meio das seguintes ações gerenciais:

As intervenções junto ao corpo discente, docente e de colaboradores, no sentido de informá-los sobre os processos avaliativos, destacando sua importância no contexto institucional e social, bem como, após as avaliações, a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica;

Ocorre participação em reuniões junto a CPA e informalmente com alunos e professores na identificação dos problemas existentes no curso e busca de soluções para resolvê-los;

A participação nos processos de reconhecimento de curso, caracterizada por serem as responsáveis pela informação e organização dos processos acadêmicos e administrativos requeridos nas avaliações e acompanhamento dos avaliadores nas visitas in loco das comissões de avaliadores de curso,

Realização de planejamentos acadêmicos e administrativos respaldados na inter-relação das DCN/ENF e nos resultados das avaliações oficiais;

Preparo do aluno e corpo docente para o ENADE, seja na forma de conscientização da importância da avaliação, melhorias na capacitação e titulação docente e até em discussões das provas anteriores.

Neste cenário, verifica-se que a participação nos processos avaliativos mencionados possibilita ao coordenador analisar e identificar os problemas de seu curso. Isto é possível segundo Beloni (1998), porque a avaliação institucional educacional refere-se à análise global do desempenho da instituição, ou seja, envolve avaliar seus processos de funcionamentos e seus resultados, identificando os fatores favoráveis e aqueles responsáveis pelas dificuldades.

A esse respeito, Suanno (2002) considera que é fundamental, em um processo de autoavaliação, a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a autoanálise: a instituição se organiza e viabiliza planos de ação que impliquem mudança e desenvolvimento. O autodesenvolvimento como objetivo do processo avaliativo se fundamenta na necessidade de potencializar e desenvolver as pessoas da instituição e, conseqüentemente, a própria instituição.

Além disto, percebe-se nos relatos a coerência aos princípios do SINAES, quanto à participação dos atores envolvidos e sua construção coletiva para poder ter a função de informação para tomada de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, entre outras (Brasil, 2007).

Com relação a essa função, Marback Neto; Falcão (2007) abordam que a avaliação é uma forma de legitimar as decisões da universidade e que isto num tempo de escassez de recursos, é interessante para os gestores, que dividem com os demais atores o poder de definir prioridades.

Já a participação na avaliação dos estudantes, verificamos o que foi descrito por Verhine; Dantas; Soares (2006), quando mencionam que possíveis políticas institucionais podem ser encontradas, para melhorar os resultados dos alunos nos exames. Entretanto, como este processo faz parte

de um sistema maior de avaliação não pode ser usado isoladamente, como fator de qualidade ou não qualidade, requer uma análise conjunta, como confere o Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador recentemente implantado (Brasil, 2008).

Além disso, nos relatos identificaram-se problemas operacionais do SINAES, como o despreparo dos avaliadores externos e das comissões internas de avaliação, as divergências entre as questões presentes no ENADE com o que é preconizado pelas diretrizes curriculares nacionais para a graduação em enfermagem. Por outro lado, também encontramos expressões positivas sobre o SINAES, como bom, importante para a IES, de grande aprendizado para o coordenador, apesar das dificuldades em compreender os processos avaliativos.

O despreparo dos avaliadores de certa forma também foi evidenciado no estudo de Lopes Neto et al (2008) após terem realizados as leituras e análise dos PPC e dos relatórios dos avaliadores os resultados indicaram como um dos desafios na avaliação dos cursos de enfermagem justamente a necessidade de capacitação dos avaliadores, segundo estes autores reforçando a discussão teórico-filosófica sobre a mudança de paradigmas no processo pedagógico e na concepção de saúde, articulando aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os coordenadores confirmaram as influências de suas vivências no SINAES na prática enquanto coordenados de curso. Assim sendo, foram identificadas influências tanto no gerenciamento acadêmico, nas questões voltadas para a articulação de avaliação e implementação do PPC quanto nas questões administrativas requeridas pela universidade.

Esta influência pode ser justificada pelo fato de os coordenadores estarem diretamente envolvidas nos processos avaliativos, além de articularem com professores e alunos a realização das avaliações, elas também são avaliadas. Cabe destacar, por exemplo, que na avaliação de curso na categoria organização didático-pedagógica os primeiros itens a serem avaliados são a atuação do coordenador, sua formação, experiência acadêmica e profissional, a efetiva dedicação à administração e a condução

do curso e a articulação da gestão do curso com a gestão institucional (Brasil, 2006c)

Na vivência relacionada ao ENADE, os coordenadores relataram as influências na sua prática tanto em ações que antecedem o exame como o preparo dos alunos, como já descrito e após divulgação dos resultados. Além disso, também referiram as influências da auto-avaliação interna e avaliação externa de curso que fornecem subsídios consistentes para os processos decisórios na reestruturação de planejamento e projeto acadêmicos e administrativos.

As influências relatadas demonstraram a presença de outros princípios do SINAES, como os princípios da globalidade, no sentido de avaliar a instituição como um todo e não a partir de uma de suas atividades e a integração dos processos (Brasil, 2004a).

É fato que no SINAES os cursos oferecidos pelas IES são avaliados por meio das seguintes estratégias: avaliação interna, avaliação externa e desempenho dos estudantes. São utilizadas como política de controle e regulação pelo Estado, pois são requeridas na autorização, reconhecimento, renovação do reconhecimento e acompanhamento contínuo da qualidade do curso junto ao MEC (Brasil, 2007).

Assim na avaliação de curso cada uma das estratégias mencionadas no parágrafo anterior contempla instrumentos próprios de avaliação e possuem metodologias específicas para aquisição dos dados, mensuração dos resultados e divulgação das informações.

Desta forma, a avaliação institucional deve ser um empreendimento que busque compreender de modo articulado as diversas dimensões de uma instituição. É impossível abarcar a totalidade de uma só vez, mas deve haver um esforço metodológico de compreensão da globalidade feita através da articulação do entendimento das partes que vai sendo construído (Dias Sobrinho, 2008).

A influência no gerenciamento acadêmico percebe-se também a nítida inter-relação do SINAES com as DCN, justamente por fazer parte do processo avaliativo de curso a análise do PPC implementado (Brasil, 2006c). Assim as ações acadêmicas devem ser coerentes com as propostas do

PPC, que por sua vez precisam estar de acordo com o que é preconizado pelas DCN/ENF, bem como com o que é será apurado no SINAES.

Com relação as DCN/ENF o Curso de Graduação em enfermagem tem como perfil do formado egresso/profissional o enfermeiro com formação generalista, humanista, critica e reflexiva. Apto para o exercício da enfermagem com base nos rigores científicos e pautados nos princípios éticos. Capacitado para intervir sobre os problemas e situações de saúde e doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação. Além disso, atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor de saúde durante todo ciclo vital do ser humano (CNE/CES, 2001).

Nas DCN/ENF as avaliações do curso estão previstas em seu art. 15 no 2º parágrafo:

“O curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES a qual pertence” (CNE/CES, 2001).

Com isto, destacaram-se nas falas a importância de ter o coordenador o papel integrador e trabalhar a interdisciplinaridade, conhecer o SINAES e a partir daí trabalhar com alguns questionamentos em prol da formação do enfermeiro em consonância com as DCN/ENF, proporcionado no curso atividades acadêmicas articuladas à prática profissional e/ ou estágio, em diferentes cenários de aprendizagem (unidades de saúde da atenção primária, secundária e terciária), buscando atender as necessidades de saúde, embasados no SUS, trabalhos em grupos, atividades complementares e a iniciação científica.

Acrescenta-se a influência dos processos avaliativos na relação com o corpo docente e discente. Evidenciou-se um maior envolvimento destes nos processos decisórios e no planejamento das ações, pois são chamados a discutir os resultados e a colaborarem no direcionamento das mudanças e reestrutura do PPC; na participação no colegiado de curso.

Para os coordenadores o SINAES é considerado um elemento direcionador importante na gestão e que amplia a visão da universidade, que mesmo quando tido como um problema é válido por ter mecanismos institucionalizados para avaliação.

Isto permitiu que os coordenadores identificassem os pontos frágeis e pontos fortes do curso e elaborassem medidas de intervenção a curto, médio e longo prazo, requeridas nos relatórios administrativos, com o objetivo de aproximar as questões acadêmicas das metas financeiras necessárias para a qualidade do curso.

Marback Neto, Falcão (2007) enfatizam que a contribuição do processo de avaliação institucional para a tomada de decisões na universidade, independente do modelo adotado é permanente e incontestável, salientam que avaliação é uma forma também de legitimar as decisões da universidade, principalmente num tempo e escassez de recursos, é interessante para os gestores, que dividem com os demais atores o poder de definir prioridades.

Neste sentido, discutindo o aprendizado das organizações (neste caso, as universidades), Zabalza, (2004) pondera que elas não devem limitar-se a responder aos problemas: “devem de fato, construir um projeto capaz de enfrentar tanto os ajustes a serem incorporados visando melhor adaptação às mudanças como as novas expectativas e ideias que refletem o sentimento dos diversos setores envolvidos”. Desta forma, as IES aprendem, ao mesmo tempo, a se adaptar às novas demandas e gerar por si mesmas novas linhas de atuação, ou seja, a autonomia.

Quanto às informações advindas do SINAES, os coordenadores utilizam as informações na organização didático-pedagógica, nas ações que envolvem o corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo e na organização e provisão da estrutura física. Revelaram as mesmas dimensões contidas no instrumento de avaliação externa de curso, o que demonstra seu envolvimento direto com os processos avaliativos.

Segundo os relatos, na organização didático-pedagógica as informações apresentaram serem úteis no atendimento as DCN/ENF, na organização e planejamento das ações acadêmicas e administrativas, na

preparação do aluno para o ENADE, na avaliação dos trabalhos realizados e nos esclarecimentos sobre o SINAES para a comunidade acadêmica.

Isto comprova a importância das DCN/ENF serem contempladas no SINAES, pois se seus pressupostos foram levados em conta na construção do PPC, pode garantir sua implantação, pois será avaliado, tanto nos processos de autorização, reconhecimento de curso, bem como na avaliação institucional (externa e interna) e avaliação discente.

Entretanto, na prática no estudo de Lopes Neto et al (2008) revelou que os PPC não trouxeram subsídios suficientes que respaldassem a avaliação in loco (externa) de cursos, fato este que interfere e prejudica o relato do avaliador, levando em consideração o tempo restrito na qual acontece a avaliação de curso. Salientam, ainda, que a adesão do PPC às DCN/ENF, precisa se concretizar nos aspectos filosóficos e pedagógicos dos princípios, diretrizes e estratégias e ações nelas contidas.

Abordando as ações junto ao corpo docente, corpo discente e corpo técnico administrativo no âmbito do curso, as falas indicam que são utilizadas no desenvolvimento do corpo docente, nas atividades acadêmicas, na atenção ao corpo discente e pelas assessorias do corpo técnico administrativo. Dessa forma, utilizaram para incentivar a produção científica, a capacitação docente e na conquista de carga horária integral para uma porcentagem dos professores.

Na organização e provisão de estrutura física observou-se que as informações contribuíram para aquisição e melhorias das condições de infraestrutura física da universidade conquistadas após as avaliações, como por exemplo, clínica de enfermagem, laboratórios, salas de aulas maiores e novas tecnologias educativas, como sistemas de internet.

Nesta perspectiva, percebemos informações geradas pelo SINAES são utilizadas pelos coordenadores de curso pesquisados com o intuito de orientar para sua eficácia de seus processos gerenciais.

Diante do exposto, evidencia-se que a avaliação institucional mostra os desafios postos as IES, que precisam redefinir-se, construindo permanentemente sua identidade, tem implicações sobre os seus elementos constituintes.

A avaliação institucional de acordo com Gasparetto (1999) pressupõe e exige essa mudança e, mais do que isso, exige a criação de um espírito predisposto à mesma. Portanto, a mudança pressuposta e exigida é de ordem cultural e pode ser traduzida na criação de uma cultura e de um espírito aberto à inovação, ao novo, que responda, em suma, ao imperativo da atualização permanente.

Para este autor são todos os atores-sujeitos do processo universitário que precisam mudar e incorporar o desafio de sua autossuperação ininterrupta, do aprendizado permanente. Os estudantes que precisam exigir o máximo da Instituição e de seus professores, em prol de seu desenvolvimento pessoal e profissional. Os professores precisam auxiliar a construir a ponte entre o mundo da ciência, da tecnologia, da filosofia e o estudante e suas necessidades formativas. Enfim, estar atualizado e fazer a parte que lhe toca no aprendizado dos estudantes. Há também a ponte com a sociedade e com o mercado, que estudantes e professores precisam construir, tendo como parâmetro o mundo da ciência.

Há também, os colaboradores que precisam cumprir com eficácia sua parte, para que as funções fins da Universidade se realizem, impedindo que se estabeleça uma cultura burocrática, sem compromissos efetivos. Também as estruturas, as salas de aula, os laboratórios, os núcleos de pesquisa, os Colegiados, os Departamentos, a Reitoria, as instâncias de representação dos interesses corporativos e a própria Universidade refletirá concretamente essa mudança. A possibilidade de uma universidade constituir-se numa instância transformadora está diretamente ligada à sua capacidade de superar-se permanentemente, e esse é o papel estratégico que uma avaliação institucional pode operar (Gasparetto,1999).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de realizar esta pesquisa fundamentou-se na importância de conhecer a vivência dos coordenadores de curso de graduação em enfermagem, em relação ao SINAES, identificar as influências dessa vivência na prática enquanto coordenadores de curso e descrever como são utilizadas as informações geradas por esse sistema no gerenciamento de curso, isto no contexto das universidades do município de São Paulo.

Nessa perspectiva, visando analisar os relatos, buscamos referências sobre avaliação institucional e documentos oficiais sobre o SINAES. Além disso, o fato de eu ser coordenadora e vivenciar o SINAES também contribuiu para o interesse no desenvolvimento do estudo.

Pode-se constatar que as vivências dos coordenadores, em relação ao SINAES, demonstraram sua participação direta nos processos avaliativos, o que lhes permitiu analisar e identificar juntamente com os atores envolvidos os problemas acadêmicos e administrativos do curso, para, posteriormente, planejarem e realizarem mudanças.

Sobretudo, as ações gerenciais referidas respondiam à demanda dos processos avaliativos contemplados no SINAES, que, de modo geral, são consideradas uma experiência válida, de grande aprendizado, apesar das dificuldades em compreender os processos avaliativos.

Nas vivências, foram evidenciadas as ações, alguns dos princípios do SINAES, como a globalização, a integração dos processos e a participação de todos os atores envolvidos. Além disso, foram reveladas as preocupações com a sua operacionalização e com a repercussão dos resultados no meio acadêmico e na sociedade. Ele também foi considerado um elemento direcionador importante na gestão e que ampliava a visão da universidade, por fornecer informações confiáveis e reais, ou seja, um “retrato da realidade”.

Constatamos ainda que, nesses processos de avaliação, o coordenador de curso faz a articulação com alunos, professores e

funcionários, a fim de que todos participem dos processos avaliativos, contribuindo, assim, para a implantação do SINAES.

Os resultados mostraram que a vivência no SINAES influenciou na prática, enquanto coordenadores de curso, tanto nos processos internos de gestões acadêmicas e administrativas, caracterizadas por terem que disponibilizar as informações do gerenciamento para comissão própria de avaliação (CPA) e as requeridas pelos órgãos oficiais de avaliação, quanto na adequação dos planos curriculares e recursos físicos e humanos na busca por conceitos tidos como satisfatórios perante a comunidade acadêmica e sociedade.

Os relatos possibilitaram ainda descrever como os coordenadores de curso utilizam as informações geradas pelo SINAES no gerenciamento de curso, tanto na organização didático-pedagógica (articulação entre PCC, DCN/ENF e processos avaliativos), nas ações que envolvem o corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo (desenvolvimento docente, atenção discente e assessoria) quanto na organização e provisão de estrutura física (aquisição de laboratórios, salas e tecnologias educacionais).

Contudo, devemos considerar que, mesmo o SINAES tendo sido instituído em 2004, alguns de seus processos avaliativos ainda estão em fase de implantação e outros sendo aperfeiçoados. À medida que fecham alguns ciclos avaliativos, são criados indicadores, como o CPC, composto por diferentes variáveis que traduzem os resultados da avaliação de desempenho dos estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente.

Nesse sentido, acreditamos que o conhecimento das vivências dos coordenadores, a identificação das influências e a descrição das utilidades do SINAES possam colaborar com os processos gerenciais do curso de enfermagem e que a partir desses resultados abram-se caminhos para a construção de indicadores de qualidade que possibilitem mensurar a efetividade das ações realizadas.

Pelos relatos, consideramos que a avaliação institucional é um processo doloroso, lento, com avanços e retrocessos, mas com grande

potencial de transformação. Portanto, a avaliação institucional está indelévelmente conectada à mudança e à melhoria, como também afirma, por exemplo, Belloni (1998); se adequadamente instrumentalizada, uma vez que se constitui em meio, em ferramenta e não em um fim.

Dessa forma, concluímos esta pesquisa sem a pretensão de esgotar o assunto visto que o SINAES possui processos avaliativos contínuos e por serem recentes na realidade do coordenador de curso de enfermagem, possibilita novas abordagens no sentido de conhecer melhor este fenômeno.

REFERÊNCIAS

Arroteia JC. Aspectos da avaliação do ensino superior. Rev Portug Educ. [periódico na Internet]. 2000[citado 2008 maio 30];13(2). Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37413206.pdf>

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.

Barriga AD. A avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas. Avaliação (Campinas). 2001;19(1):9-27.

Belloni I. A função social da avaliação institucional. Avaliação (Campinas). 1998; 3(34): p.37-50.

Both IJ. Avaliação institucional: agente de modernização administrativa e da educação. Avaliação (Campinas). 1997;5(3):41-50.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 1.721, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o Currículo Mínimo de Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 1994. Seção 1, p. 19.301-2.

Brasil. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências [legislação na Internet]. Brasília; 1995. [citado 2008 jul. 12]. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legislacao>

Brasil. Lei n. 9.394, de 24 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [legislação na Internet]. Brasília; 1996. [citado 2007 abr. 12]. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legislacao>

Brasil. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004a. Seção 1, p. 3-4.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria GM. n. 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, 12 jul. 2004b. Seção 1, p.12.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria GM n. 300, de 30 de janeiro de 2006. Institui o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, 31 jan. 2006a. Seção 1, p. 5-7.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria GM n. 563, de 21 de fevereiro de 2006. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES [legislação na Internet]. Brasília, 2006b. [citado 2008 jul. 12].

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação [texto na Internet]. Brasília; 2006c. [citado 2008 jan. 16]. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{39DC499D-BDFA-45D6-9C9E-F2DB85032999}_miolo_Instrumento%20de%20avaliacao%20de%20cursos.pdf

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES: da concepção à regulamentação. 4ª ed. Brasília; 2007.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria GM n. 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar dos cursos superiores. Diário Oficial da União, Brasília, 6 ago. 2008. Seção 1, p.19.

Cervo AL, Bervian PA. Metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Perón Prentice Hall; 2002. A pesquisa; p. 61-75.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 3, de 7 de novembro de 2001. Institui diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem [legislação na Internet]. Brasília; 2001. [citado 2006 abr. 15]. Disponível em: http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/resolucoes/2001/res_2001_0003_CES_DC_enfermagem.pdf

Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 213, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima de 4.000 horas para os Cursos de Bacharelado em Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2009. Seção 1, p.11.

Dias Sobrinho J. Avaliação Institucional da Educação Superior: fontes externas e internas. *Avaliação (Campinas)*. 1998;10(4):29-35.

Dias Sobrinho J. Avaliação institucional na perspectiva da integração. Florianópolis: Insular; 2002. Universidade e avaliação: entre a ética e a o mercado; p. 103 -22.

Dias Sobrinho J. Avaliação da educação superior. São Paulo: Cortez; 2003. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior; p. 53-89.

Dias Sobrinho J Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou mercadoria? *Educação & Sociedade*. Campinas. V.25, n88, p. 703-725. out 2004. Disponível em www.cedes.campinas.br acessado em 12 de julho de 2008.

Dias Sobrinho, J Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação *Avaliação*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008. Disponível em www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf acessando em 10 de março de 2009.

Eyng AM Projeto Pedagógico Institucional: a Relação dialógica entre planejamento e avaliação institucionais. In: Eyng AM, Gisi, ML, organizadores. Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas. Ijuí: Ed Ijuí, 2007. p.161-208.

Gasparetto A avaliação institucional: processo doloroso de mudança, a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. ***Avaliação (Campinas)***. 1999; 4(3): 73-84.

Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. Níveis de pesquisa; p. 44.

Leite D. Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades. *Avaliação (Campinas)*. 2001;7(2):29-48.

Lopes Neto D, Teixeira E, Vale EG, Cunha FS, Xavier IM, Fernandes JD, et al. Um olhar sobre as avaliações de Cursos de Graduação em Enfermagem. Rev Bras Enferm [periódico na Internet]. 2008 [citado 2008 abr. 10];61(1). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n1/07.pdf>

Marconi MA, Lakatos EM. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas. 6ª ed. São Paulo: Atlas; 2006. Técnicas de pesquisa; p. 62-87.

Marback Neto, G. Falção, IR Gestão e avaliação institucional. In: Eyng AM, Gisi ML, organização. Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas. Ijuí: Ed. Ijuí; 2007. p.137-60.

Polidori MM, Marinho-Araújo CM, Barreyro GB. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio Aval Pol Publ Educ [periódico na Internet]. 2006 [citado 2008 jul. 12];14(53). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>

Polit DF, Hungler BP. Fundamentos da pesquisa em enfermagem. 3ª Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

Ristoff D, Giolo J. O SINAES como sistema. RBPG Rev Bras Pós-Graduação [periódico na Internet]. 2006 [citado 2008 jul. 12];3(6). Disponível em: http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.3_6_dez2006_/Est_Artigo2_n6.pdf

Suanno MVR. Auto-avaliação institucional: princípios e metodologia do Grupo Focal [texto na Internet]. Goiânia; 2002. [citado 2009 mar. 7]. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>

Sordi MRL. A face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal. Avaliação (Campinas). 1997;5(3):51-7.

Verhine RE, organizador. Experiências de avaliação institucional em universidades brasileiras. Salvador: FAGED/ Programa de Pós-Graduação em Educação; 2000.

Verhine RE, Dantas LMV, Soares JF. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio Aval Pol Públ. Educ [periódico na Internet]. 2006 [citado 2008 jul. 12];14(52). Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf

Yarzabal L. La evaluacion como estratégia de cambio de la educacion superior. Avaliação (Campinas). 1998;10(4):9-13.

Zabalza MA. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed; 2004.

ANEXOS

Anexo I

Competências e atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES

I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos;

II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - promover a articulação do SINAES com os Sistemas Estaduais de Ensino, visando estabelecer, juntamente com os órgãos de regulação do MEC, ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da Educação Superior;

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII - realizar reuniões ordinárias mensais;

VIII - realizar reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Para o desempenho das atribuições descritas poderá ainda a CONAES:

I - institucionalizar o processo de avaliação a fim de torná-lo inerente à oferta de ensino superior com qualidade;

II - oferecer subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de médio e longo prazo;

III - apoiar as IES para que estas avaliem, periodicamente, o cumprimento de sua missão institucional, a fim de favorecer as ações de melhoramento, considerando os diversos formatos institucionais existentes;

IV - garantir a integração e coerência dos instrumentos e das práticas de avaliação, para a consolidação do SINAES;

V - assegurar a continuidade do processo de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de educação superior;

VI - analisar e aprovar os relatórios de avaliação, consolidados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), encaminhando-os aos órgãos competentes do MEC;

VII - promover seminários, debates e reuniões na área de sua competência, informando periodicamente a sociedade sobre o desenvolvimento da avaliação da educação superior e estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos seus diversos âmbitos;

VIII - promover atividades de meta-avaliação do sistema para exame crítico das experiências de avaliação concluídas;

IX - estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior, estabelecendo diretrizes para a organização e designação de comissões de avaliação.

Anexo II

Portaria Nº 300, DE 30 DE JANEIRO DE 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP
INSTRUMENTO PARA A AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR - EXTRATO

Dimensões de Avaliação	Pesos
1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.	05
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	30
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	10
4. A comunicação com a sociedade.	05
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	20
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	05
7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	10
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	05
9. Políticas de atendimento aos estudantes.	05
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	05
TOTAL	100

Dimensões, Grupos de Indicadores e Indicadores

1.A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

1.1. Articulação entre PDI e o PPI

- 1.1.1. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Ensino
- 1.1.2. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Pesquisa
- 1.1.3. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Extensão
- 1.1.4. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Gestão Acadêmica

1.2. Aderência do PDI com a realidade institucional

- 1.2.1. Coerência das propostas do PDI com a realidade institucional e cumprimento do cronograma

1.2.2. Utilização do PDI como referência para programas e projetos

1.3. Articulação entre o PDI e a Avaliação Institucional

- 1.3.1. Articulação entre o PDI e a Auto-avaliação
- 1.3.2. Articulação entre o PDI e as Avaliações Externas

2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

2.1. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância)

- 2.1.1. Políticas Institucionais para a Graduação, Graduação Tecnológica (quando for o caso), Cursos Sequenciais (quando for o caso) e formas de sua operacionalização

2.1.2. Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)

2.2. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): especialização e educação continuada (presencial e a distância)

- 2.2.1. Políticas Institucionais para a Pós-Graduação lato sensu e formas de sua operacionalização

2.2.2. Vinculação da especialização e educação continuada com a formação e as demandas regionais

2.3. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação stricto sensu (presencial e a distância)

- 2.3.1. Políticas Institucionais para a Pós-Graduação stricto sensu e formas de sua operacionalização.

2.3.2. Atuação e recursos do órgão coordenador das atividades e políticas de pós-graduação stricto sensu

2.4. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): pesquisa

- 2.4.1. Políticas Institucionais de práticas de investigação, Iniciação científica, de Pesquisa e formas de sua operacionalização.

2.4.2. Participação do corpo docente e do corpo discente (envolvimento e recursos)

2.5. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): extensão

- 2.5.1. Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização

2.5.2 Vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância na comunidade

3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

3.1. Nas políticas institucionais

- 3.1.1. Compromisso da IES com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital

3.1.2. Relações da IES com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho

3.2 Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

- 3.2.1. Responsabilidade Social no Ensino

- 3.2.2. Responsabilidade Social na Pesquisa

- 3.2.3. Responsabilidade Social na Extensão

4. A comunicação com a sociedade

4.1. Comunicação interna

- 4.1.1. Canais de comunicação e sistemas de informações

- 4.1.2. Ouvidoria

4.2. Comunicação externa

- 4.2.1. Canais de comunicação e sistemas de informações

- 4.2.2. Imagem pública da IES

5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

5.1. Perfil docente

5.1.1. Titulação

5.1.2. Publicações e produções

5.2. Condições Institucionais para os docentes

5.2.1. Regime de Trabalho

5.2.2. Plano de Carreira

5.2.3. Políticas de Capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização

5.3. Corpo técnico-administrativo e as condições institucionais

5.3.1. Perfil técnico-administrativo (formação e experiência)

5.3.2. Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

6.1. Administração Institucional

6.1.1. Gestão institucional

6.1.2. Sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas

6.2. Estrutura de Órgãos Colegiados

6.2.1. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente

6.2.2. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente

6.2.3. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente

7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

7.1. Instalações gerais: espaço físico

7.1.1. Instalações gerais

7.1.2. Instalações acadêmico-administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.)

7.1.3. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

7.2. Instalações gerais: equipamentos

7.2.1. Acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet

7.2.2. Plano de expansão e atualização dos software e equipamentos

7.3. Instalações gerais: serviços

7.3.1. Manutenção e conservação das instalações físicas

7.3.2. Manutenção e conservação dos equipamentos

7.3.3. Apoio logístico para as atividades acadêmicas

7.4. Biblioteca: espaço físico e acervo

7.4.1. Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo

7.4.2. Informatização

7.4.3. Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização

7.5. Biblioteca: serviços

7.5.1. Serviços (condições, abrangência e qualidade)

7.5.2. Recursos Humanos

- 7.6. Laboratórios e instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços
 - 7.6.1. Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização
 - 7.6.2. Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização
 - 7.6.3. Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização
 - 8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional**
 - 8.1. Auto-avaliação
 - 8.1.1. Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados
 - 8.1.2. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação
 - 8.2. Avaliações externas
 - 8.2.1. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC
 - 8.2.2. Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação
 - 9. Políticas de atendimento aos estudantes**
 - 9.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente
 - 9.1.1. Programas de apoio ao discente
 - 9.1.2. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos
 - 9.2. Condições Institucionais para os discentes
 - 9.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos
 - 9.2.2. Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente
 - 9.2.3. Bolsas acadêmicas
 - 9.2.4. Apoio e incentivo à organização dos estudantes
 - 9.3. Egressos
 - 9.3.1. Política de acompanhamento do egresso
 - 9.3.2. Programas de educação continuada voltados para o egresso
 - 10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior**
 - 10.1. Captação e alocação de recursos
 - 10.1.1. Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto
 - 10.1.2. Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais
 - 10.1.3. Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo
 - 10.2. Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão
 - 10.2.1. Compatibilidade entre o ensino e as verbas e os recursos disponíveis
 - 10.2.2. Compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e os recursos disponíveis
 - 10.2.3. Compatibilidade entre a extensão e as verbas e os recursos disponíveis
- Forças/Potencialidades
 Fragilidades/Pontos que requerem melhoria
 Recomendações
 Parecer Analítico Final da Comissão de Avaliação Externa da IES
 Avaliação do Instrumento pela Comissão

ANEXO III

PORTARIA nº 563, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – EXTRATO

Categorias de Avaliação	Pesos
1. Organização didático-pedagógica	40
2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo	35
3. Instalações físicas	25
Total	100
Categorias, Grupos de Indicadores e Indicadores	
1. Organização didático-pedagógica	
1.1. Administração acadêmica: coordenação do curso	
1.2. Administração acadêmica: colegiado de curso	
1.3. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: concepção do curso	
1.4. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: currículo	
1.5. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: avaliação	
1.6. Atividades acadêmicas articuladas à formação: prática profissional e/ou estágio	
1.7. Atividades acadêmicas articuladas à formação: trabalho de conclusão de curso - TCC	
1.8. Atividades acadêmicas articuladas à formação: atividades complementares	
1.9. ENADE	
2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo	
2.1. Corpo docente: perfil docente	
2.2. Corpo docente: atuação nas atividades acadêmicas	
2.3. Corpo discente: atenção aos discentes	
2.4. Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso	
3. Instalações físicas	Pesos
3.1. Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso	50
3.2. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a formação geral e básica	10
3.3. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a formação profissionalizante e específica	20
3.4. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a prática profissional e prestação de serviços à comunidade	20
Forças/Potencialidades	
Fragilidades/Pontos que requerem melhoria	
Recomendações	
Parecer Analítico Final da Comissão de Avaliação Externa da IES	
Avaliação do Instrumento pela Comissão	
Avaliação do Instrumento e da Comissão de Avaliação pela IES	

ANEXO IV

Instrumento de coleta de dados

Roteiro de entrevista n° _____

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1) Universidade:	Curso: Enfermagem	2) Campus:	
3) A () Privado B () Público	4) Data da aprovação	5) Reconhecido () Sim () Não	
6)- N° total de vagas:	7) N°. total de turmas formadas:	8) N°. total de alunos matriculados:	9) CH Total do curso:
10) N°. total de professores:	11) N° total de disciplinas	12) N° total de	Coordenadores:

II. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR (a)

	14) Sexo () Feminino () Masculino
15) Última titulação:	16) Tempo de formado:
17) Tempo na docência:	18) Tempo na coordenação:
19) Outros Cargos institucionais: A () sim Quais? _____ B () não	20) Carga horária de trabalho semanal:

Nome do coordenador (a): _____

III – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

Como você descreve a sua vivência no SINAES?

E o que essa vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador(a) de curso?

Como você utiliza as informações do seu curso geradas pelo SINAES?

Anexo V

Carta de aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000
Fone.: 3061-7548 - Fax.: 3061-7548
C.P. 41633 - CEP 05422-970 - e-mail: edipesq@usp.br

São Paulo, 24 de julho de 2008.

Ilm.^a Sr.^a
Alessandra Santos de Paula

Ref.: Processo nº 745/2008/CEP-EEUSP

Prezada Senhora,

Em atenção à solicitação referente à análise do projeto “**A Vivência dos Coordenadores de curso de Enfermagem em relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a identificação de parâmetros para a construção de indicadores de qualidade**”, informamos que o mesmo foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (CEP/EEUSP).

Analizado sob o aspecto ético-legal, atende às exigências da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarecemos que após o término da pesquisa, os resultados obtidos deverão ser encaminhados ao CEP/EEUSP, para serem anexados ao processo.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª Neide de Souza Praça
Vice-Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

ANEXO VI

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto de Pesquisa Intitulado: A vivência dos coordenadores de curso das universidades do município de São Paulo em relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)

Este estudo tem como objetivos conhecer as vivências dos coordenadores de curso de graduação em enfermagem das Universidades do município de São Paulo em relação ao SINAES e conhecer as influências do SINAES na dinâmica de seu trabalho.

A participação será voluntária, assim como a desistência durante qualquer etapa do desenvolvimento da pesquisa, sem que isso represente qualquer tipo de prejuízo dentro da Instituição.

A coleta de dados consistirá em dar uma entrevista que será gravada, com minha aquiescência.

Será mantida em sigilo a identificação da instituição de ensino bem como a do participante e o caráter confidencial das informações.

Durante qualquer etapa da pesquisa os participantes terão acesso aos dados e com a pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Os resultados da pesquisa destinar-se-ão à elaboração de caráter científico e publicação.

Se houver necessidade de entrar em contato com a pesquisadora em qualquer momento durante ou após a coleta de dados, os telefones são: (11) 5971 4432 e (11 8466 6807), ou no endereço: Av. Grande São Paulo, 150 Parque Brasil São Paulo-SP.

Comitê de Ética em Pesquisa da EEUSP: (11) 3061 7548.

Declaro que fui informado (a) sobre a pesquisa e concordo em participar.

São Paulo, _____ de _____ de 2008.

Nome: _____

Ass.: _____

Nome da pesquisadora: _____

Ass.: _____

Esta pesquisa esta sob orientação da profª Dra Maria Madalena Januário Leite, do Departamento de Orientação Profissional da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Anexo VII

Carta de autorização para coleta de dados.

São Paulo, XX de XXX de 2008.

(nome da Universidade)

A/C: Dirigente responsável

Assunto: Autorização para realização de pesquisa

Prezado(a) Sr(a) XXXX, meu nome é Alessandra Santos de Paula sou aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem da USP. Sob a orientação da Prof^a Maria Madalena Januário Leite estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada: A Vivência dos coordenadores de curso de Enfermagem em relação ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Para tanto, pretendemos realizar a coleta de dados com coordenadores de curso de enfermagem das universidades particulares e públicas município de São Paulo.

Desta forma, venho por meio desta solicitar vossa autorização para realizar a coleta de dados juntos ao(s) coordenador (es) do(s) curso(s) de enfermagem desta universidade.

Informo que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e que serão preservados o anonimato das universidades e sujeitos participantes.

Para maiores esclarecimentos disponibilizo cópia do projeto em anexo.

Desde já agradeço sua atenção e me coloco a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente

Alessandra Santos de Paula

Aluna do mestrado da EEUSP

Email: alepaula@usp.br e Telefone: 59714432 e 84666807

ANEXO VIII

Entrevista - E1

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

Na CPA a gente participa com reuniões junto aos alunos, ao corpo docente e funcionários, fazendo conscientização da importância auto-avaliação e da participação da universidade enquanto inserção social. Então isto está bem estabelecido com reunião frequentes, com retorno aos alunos, a gente tem a nossa ouvidoria da CPA também que é um site que dá acesso alunos, todos eles têm acesso virtual no âmbito interno da universidade o que facilita bastante.

O ENADE a gente procurou discutir as principais questões de todas as provas do ano de 2002. A gente discute questões internas dele, a questão da evolução desse aluno nosso IDD foi 4 significa que a gente buscou a evolução interna dos alunos e do corpo docente também. A formação titulação dos docentes, nós temos somente docentes titulados aqui, tem especialista, mas a quantidade é mínima a maioria é mestre ou doutor e isso ajuda na qualificação do corpo docente, buscando sempre a melhor formação deles. Então a questão do ENADE a gente sempre discute as questões das políticas públicas de saúde que nas últimas provas incidiram em 70 % das questões, a gente vem discutindo muito isso, a gente ampliou a nossa inserção nas unidades da rede básica de saúde até para ir de encontro a LDB.

Avaliação Externa: A universidade se escreveu como sendo a 1ª universidade privada que quer ser avaliada. Então a gente está se preparando, por conta disso na semana que vem, eu vou para os outros campos, Brasília e outros campos. Preparar para esta visita institucional, toda documentação das atividades de inserção, bibliotecas, laboratórios, todos os "POPs" (Procedimento Operacional Padrão), deixar tudo pronto. Além dos POPs a gente tem um clínica de saúde que integra todos os cursos aonde os alunos atuam e fazem a referência e contra referência com o SUS com as UBS, então preparando toda a documentação para receber a avaliação externa.

E o que esta vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador(a) de curso?

SIM, acho o coordenador de curso tem que primeiro ter exercido a função de enfermeiro e em seguida ele tem que ter exercido também função docente para depois ele ter uma dimensão do que é a profissão, estes são os requisitos que precisa ter o coordenador. Além disso, ter uma visão mais geral mais sistêmica mais integradora, trabalhar muito a questão da interdisciplinaridade principalmente aqui na universidade, a gente tem 9 cursos na área da saúde aqui, então é muito importante este papel aglutinador que o coordenador de curso precisa ter. Ele tem que ter uma maturidade para perceber a necessidade de integrar e até entender o sistema avaliativo, muitas das questões do SINAES inferem nisso, qual é a atuação do aluno frente a participação multidisciplinar, que papel ele têm no PSF, na saúde publica de uma forma em geral, na inserção dele na área hospitalar? Atuar individualmente, mas sempre inserido em um grupo.

Como você utiliza as informações do seu curso geradas pelo SINAES?

Acho que em três espécies. Utilizo na infraestrutura, muito importante a gente ter toda a infraestrutura necessária acolhedora a esse aluno, biblioteca, salas de vídeo, sistemas on-line. A Universidade tem a plataforma dela on-line, próprio satélite, a gente tem aulas gravadas, vídeo conferências, cursos e seminários, de atualização profissional, a gente tem a TV online para o aluno e ele também pode acessar em casa via televisão, então essa seria a parte de infraestrutura.

Em relação ao curso propriamente dito, procurar estar sempre atualizando os conteúdos, promovendo cursos internos de atualização aos alunos, vivências, oficinas de trabalho, a gente procura fazer sempre integrada aos outros cursos, dando esta visão mais geral.

Em relação aos docentes é claro que produção intelectual uma coisa é importante. A gente prioriza muito a realização de trabalhos com os alunos aqui, temos pelo menos 1 iniciação científica nova por campo subsidiada por bolsa que Universidade fornece, então pelo menos 1 bolsa a gente tem por ano de iniciação com esse alunos de iniciação científica.

Os trabalhos de conclusão de curso nosso são todos pesquisas de campos em que o aluno ou ele divulga em evento científico ou ele publica, a gente tem uma revista que é revista da Universidade que esta na base de dados LILACS, então todos os alunos divulgam em congresso ou eles encaminham a versão final para a revista. A Universidade estimula essa produção científica do corpo docente e do nosso aluno internamente antes da graduação, e, também para nosso docente a importância dele se atualizar e de estar cada vez ele estar se capacitando, superando suas deficiências para que ele consiga alcançar e oferecer um ensino de melhor qualidade sempre. A maioria dos nossos docentes 80% tem carga horária integral aqui, carga horária intensa.

Entrevista - E 2

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

A avaliação institucional a gente vai ter uma agora, desde que eu estou na coordenação. Na avaliação de curso eu tive a experiência no ano passado, na avaliação de instituição eu não tive experiência, vai ser ainda, desde que eu estou na coordenação. Vamos começar pela CPA! Pela CPA, o que a gente tem? temos algumas reuniões com o pessoal da comissão própria de avaliação, eles tentam verificar os problemas e pedem para que a gente apresente um plano de ação, mas têm alguns fatores são mais difíceis, os administrativos a gente não tem muito poder de autonomia, mas a gente detecta os problemas, acho que é super importante, porque eles fazem as pesquisas e detectam os problemas com os alunos, com os professores e eu acho que isso é importante, acho que SINAES tem um objetivo bom. Mas o que a educação ta passando agora é uma fase muito complicada, então quando é feita em cima do que a CPA levanta ai já é outro fator.

Em relação à avaliação do curso, eu acho que é extremamente subjetiva, eu acho que depende totalmente do avaliador que vem, a gente vivencia outros cursos com reconhecimento, que a gente vivenciou no curso e a gente vê que é uma avaliação subjetiva, se a pessoa tem experiência em instituição privada ela releva alguns pontos, porque ela conhece o nosso dia-a-dia, se ela tem experiência de instituição publica vem com outro olhar totalmente critica e normalmente a nota é pior, então assim eu não sei como seria isso, um avaliador me disse que eles estão tentando direcionar, avaliador privada para instituição privada e avaliador de instituição publica para instituição publica, porque é totalmente diferente, então assim essa avaliação é muito subjetiva.

Em relação ENADE são as dificuldades que nos verificamos nosso dia-a-dia, né. Eu acho muito complicado o que a mídia faz, divulgando que nós somos os piores né, na verdade a gente tem aluno muito deficiente e, outra coisa a gente vai incluir ou não este aluno no ensino superior? As federais são melhores, porque os alunos são muitos melhores, então assim há um viés na investigação.

2- E o que esta vivência influenciou na sua pratica enquanto coordenador (a) de curso?

A gente tenta preparar, principalmente em relação ao aluno e em relação a estrutura, já é uma estrutura mais antiga, boa, então entra na avaliação. Em relação ao corpo docente, a gente também tenta ter um corpo docente mais titulado com mais experiência e a universidade vê isso, com dedicação exclusiva. Em relação ao ENADE a gente tenta dar base por oferecer outros cursos, nas atividades complementares, para formar culturalmente esse individuo, incluindo culturalmente e nosso aluno é aquele que tem muita dificuldade financeira.

3-Como você utiliza as informações do seu curso pelo SINAES?

Do SINAES o que a gente tenta trabalhar é com o ENADE. A gente tenta dar uma base melhor para o aluno, a gente tenta trabalhar com isso, a gente tenta melhorar nosso quadro docente e equipamentos. Vendo a prova do ENADE, as perguntas são extremamente especificas, se você olhar o conteúdo, algumas coisa são muito difíceis né, não sei quem elabora as provas, mas não é uma formação básica de geral, é uma formação até complexa, então não sei quando a gente vai conseguir formar o aluno para responder com nível bom todas aquelas questões, tem que ter muito conhecimento geral, dentro da formação de enfermagem não é uma formação básica, não uma generalista, na verdade eles consideram uns conceitos de saúde publica mais aprofundado, agora quem elabora e como elabora, eu já não sei.

Entrevista - E3

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

O nosso curso, a enfermagem foi avaliada o ano passado pelo ENADE, então eu ainda não era coordenadora e eu peguei o resultado, então o reflexo do resultado que não foi bom esse ano, até acho que um reflexo do momento que o curso passava, o curso tem quase trinta anos quase né, e tiveram três coordenadores, uma ficou vinte e tantos anos, esse ano foi o momento que o curso ficou sem, ela teve problemas pessoais e o curso ficou meio largado e foi nesse momento que a gente fez a prova, então veio um reflexo do que tava acontecendo no curso naquele momento e eu peguei o resultado e tem que resolver e responder para os superiores da universidade, então assim não foi bom, não foi bom no sentido de que nós o curso, é um curso considerado na cidade de São Paulo um curso bom, a gente reconhece os nossos alunos como alunos bons, mas o resultado da prova não foi bom. Analisando este resultado o que eu avalio, eu avalio que as diretrizes curriculares fazem para gente fazer um ensino regionalizado, quando chega a prova é uma prova igual para todos, alguns enfoques falhos no curso que a gente se auto-avaliando a gente percebeu que algumas coisas que os alunos realmente foram mal foi porque a gente tava com essa deficiência, que é uma coisa que eu já estou reorganizando para o próximo que vai acontecer, mas eu acho que é injusta a avaliação da universidade só pelo ENADE, porque você depende de que o aluno entenda, compreenda e não só que ele responda a prova, mas que ele compreenda a importância daquilo para ele mesmo, porque você sai de uma universidade com um conceito ruim do ENADE ele vai ter possivelmente repercussão no mercado de trabalho e é difícil que o aluno entenda isso, então eu não acho justo que só o ENADE avalie todo o trabalho.

Com relação a avaliação externa a gente nunca recebeu, então assim os avaliadores do MEC não conhecem essa universidade apesar de ela ter quase trinta anos, eu imagino eu acredito que você viu a estrutura, que na hora que o MEC vir aqui ele vai ter outro conceito nosso, então a gente solicitou a avaliação depois da nota do ENADE, porque a gente ficou com nota dois, então a gente é obrigado a pedir, abaixo de três tem que

pedir, então estamos aguardando, acredito que vamos mudar esse conceito, porque reconhecemos o curso como um curso melhor, inclusive a nossa avaliação que o aluno faz é tudo bem avaliado, estrutura tudo bem avaliado, só que na hora de responder e assim por ser uma amostragem também, porque assim eu acho que se eles avaliassem o total de alunos acho que seria diferente, eles tem o dom de escolherem os piores, então aluno que não se formou então que foi reprovado e fez a prova, então eu acho que isso também existe, porque tem alunos muito bons que por azar nosso não foram sorteados, então em minha opinião ser amostragem, acho que só prova que o aluno responde não é o suficiente para avaliar o curso. Então eu estou esperando o MEC para ver se muda esse conceito

A avaliação interna a gente faz anualmente tem um grupo da CPA, um grupo de professores coordenados por uma professora da pedagogia, eles fazem assim, o diretor faz uma avaliação, depois o professor, depois o corpo discente, que é a parte mais difícil, só a universidade tem 12 mil alunos só aqui e também tem a dificuldade de fazer o aluno entender que é importante que ele faça a avaliação, até a gente fez uma campanha em sala de aula, falando olha é o momento de você reclamar, no curso de enfermagem eu consegui em torno de 70%, que foi os professores 100%, eu consegui que todos os professores respondessem e os alunos em torno de 70 % só que assim eles estão prorrogando, porque os alunos não vão fazer, mas aqui é feito a gente recebe um relatório da instituição e do curso, então isso funciona bem, desde de 2000. Antes de ser obrigatório nos já tínhamos a CPA.

2- E o que esta vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador (a) de curso?

Sim, influenciou bastante, eu uso esses dados para rever estratégias, então assim, foi então o que eu te falei o aluno, se você pegar o nosso resultado do ENADE no que se refere à parte institucional, eles avaliaram muito bem, então assim, se eles avaliam bem por que eles foram mal na prova?, Está tendo um problema ai né! Eles falam que o professor ensina, então por que ele foi mal? No começo deste ano a gente fez nesse

semestre uma grande discussão entre os professores, discutimos a prova do ENADE e agora quando vem a CPA, a gente pega o resultado e discute, tanto os pontos favoráveis para ver se é fato, como os pontos negativos para que a gente melhore, modifique, então a gente faz realmente uma análise, como a gente fez no ENADE pontualmente.

3-Como você utiliza as informações do seu curso pelo SINAES?

Pontualmente se eu recebo uma avaliação ruim de um professor eu vou conversar com esse professor, vou pontuar, aqui, por ser um curso pequeno a gente tem certo, um contato muito próximo com o aluno, o aluno sobe muito aqui, o aluno vem reclamar da prova, então assim eu sempre valido essa informação, por exemplo, o aluno chega aqui e reclama de você, quem falou por que falou, ai eu vou ver com a sala, a gente tem uma figura aqui na universidade que muito legal que é do professor tutor, este professor ele faz um elo entre coordenação e professores, professores alunos e alunos-diretoria, ele faz reunião mensal com os representantes de sala e as atas vem pra mim depois e sempre que há um problema detectado, tanto eu quanto a professora tutora a gente tenta ir bem ali na questão, recentemente um grupo de alunos vieram reclamar de uma professora, essa professora é uma das melhores que eu tenho, a reclamação a ela não dá cópia da aula dela, ela num deixa a gente copiar no pen-drive, ela num dá xerox da aula e ela quer que a gente estude no livro, me fala o que ta errado ai, a mas professora a gente num tem tempo, a então espera ai então o problema é seu, você trabalha, você não tem tempo de estudar, então não é a professora que ta errada, a professora exigiu de você, então ai eu pondero, a questão não do professor, o erro não é a professora num da a copia da aula, o erro é que você não tem dinheiro para comprar um livro, então ai a gente pondera para ver se a reclamação procede, quando procede a gente chama o professor eu digo ao professor o que foi dito para os alunos e um prazo e ai outras coisas que a gente tem interferência, tem coisas que a gente não tem interferência, então ai eu passo para as instâncias superiores, mas quando por exemplo, um aluno vem e reclama da sala de aula, que a

sala é pequena, que a sala é apertada, eu tento trocar de sala, então assim a gente sempre usa o dado para tentar organizar o que esta acontecendo.

Como é um curso pequeno a gente conversa muito diretamente, eu dou aula no quinto e sexto período, final de aula às vezes eu não consigo sair vira um balcão de reclamação e eles têm esse acesso a nós aqui, então é muito tranquilo, a gente não espera a avaliação geral, muitas vezes quando a avaliação chega para gente, a gente já sabia do problema, a gente já esta se organizado.

Entrevista - E4

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

Na avaliação externa de curso, bom! Tive um aprendizado muito grande, mas não deixa de ser traumática. A gente não pode esquecer que ela só é traumática porque a gente não tem uma formação adequada para essa avaliação, no caso o MEC no ano passado ele fez um curso de capacitação com os coordenadores para essa avaliação do SINAES, mas fica sempre muito no subjetivo, mas o que está sendo demonstrado, o que está sendo defendido é uma coisa, quando o avaliador vem você fica refém do viés do avaliador, porque cada um traz a sua instituição como referencia e no meu caso eu tive duas avaliadoras, uma avaliadora de uma universidade publica e uma avaliadora de uma universidade privada, só que ambas de uma universidade potencialmente ricas, não só em questões financeiras como em questão de oferta de curso, de infraestrutura, enfim uma série de coisas que nós não tínhamos aqui na ocasião, então acredito que o que nós tínhamos de melhor para oferecer na ocasião da avaliação era exatamente o trabalho desenvolvido dentro do curso de enfermagem, as atividade de extensão que a gente realiza junto à comunidade, inserindo o aluno precocemente no campo, dando a ele a responsabilidade social, tudo isso foi deixado de lado, porque para aquelas avaliadoras isto não era importante, nós estávamos em plena jornada científica naquele momento, então os alunos todos com disposições de trabalho interdisciplinar, isso é uma potencia que a gente demonstra e não foi valorizado pelo ponto de vista delas, não houve valoração, no final até me esforcei, porque tinham saído com um conceito bom, mas elas não se depuseram a assistir os trabalhos, um que fosse para dizer olha realmente tem aluno muito bem formado, no entanto elas se prenderam na estrutura da universidade que hoje eu sei que faz parte muito mais da avaliação institucional e não da avaliação do curso e na ocasião eu não sabia e claro muitas das pedagógicas que estavam na ocasião docente e daí nós tivemos como conceito um conceito sofrido, então a experiência de avaliação de curso pelo SINAES me fez crescer por um lado, mas me fez sofrer muito, porque eu não tinha preparo para isso, por mais que eu considerasse que estava sendo preparada, não estava

preparada para aquele tipo de avaliação de curso, o que eu tentei mostrar de positivo não alcancei.

2-E o que esta vivência influenciou na sua pratica enquanto coordenador (a) de curso?

Influenciou em muita coisa, de lá pra cá ela me deu base para mudanças estruturais, então tive de mudar de prédio, embora eu saiba hoje essa avaliação de estrutura física não compete ao avaliador de curso, mas a gente conseguiu uma instalação física melhor, a gente conseguiu a tão sonhada clinica de enfermagem, que a gente batalhou bastante para ficar pronta a gente conseguiu uma reestruturação do laboratório de anatomia que de fato não vai atender só ao curso de enfermagem, vai atender a todos os cursos da universidade, mas ocorreu por conta da avaliação do curso da enfermagem, então a gente consegue muita coisa em termos de estrutura física e em termos de estrutura pedagógica como a reconstrução do projeto pedagógico do curso e ai sim foi o norte do que deva estar contemplado nesse projeto pedagógico, que até então nós não tínhamos esta consistência que deveria permear esse projeto pedagógico, ai a partir desse projeto pedagógico, dois itens foram importantes, o primeiro foi consolidação do colegiado de curso, nós tínhamos um colegiado de curso que era frágil e insociável, mas de vez enquanto a gente conseguia reunir. Com essa avaliação do SINAES a gente conseguiu fazer com esse colegiado assumisse as regras do curso e repensasse junto à reestruturação do curso para que a gente não passe novamente por todo esse sofrimento, por outro lado para atender essa nova determinação em função dos IDD dois, nós montamos um núcleo de assistência estruturante que é composto hoje por oito professores e desses oito professores, nós temos quatro doutores e quatro mestres e essas pessoas é que hoje direcionam e subsidiam qualquer discussão antes da gente levar para colegiado e posteriormente colocada no projeto pedagógico, então assim foi literalmente uma guinada, aliviou bastante.

CPA nós tivemos a avaliação da CPA neste ano também em função do resultado que a gente viu acontecer, nós tivemos quase três dias, em que

ficamos pelo menos dois dias e meio em imersão com a CPA. Repensando alguns aspectos de curso nos sentimos muito a falta de especialistas de outras universidades para avaliar, embora seja uma avaliação interna, membros da CPA hoje nenhum deles faz parte de curso de enfermagem, alias tem um discente que é representante, mas é um representante meio ausente, então até para aquele que emita sua opinião é complicado porque ele não é tão frequente, nem na CPA nem em sala de aula. A avaliação da CPA ela foi produtiva sim porque ela nos levou a pensar em uma serie de questões que a gente não acostumava, mas acho que ainda muito incipiente, porque eles não terem subsídios, eles não conhecem a estrutura do curso de enfermagem, que é totalmente diferente economia, de letras, as pessoas acham que conhecem muito bem as outras áreas, enfermagem eles não conhecem, a minha critica assim enfermeiros da enfermagem eles na CPA para que a gente possa ter uma avaliação consistente, um olhar de um enfermeiro, olha esse curso não ta formando bem por causa disso, disso e disso, e não foi o que aconteceu.

O nosso ENADE o resultado foi muito ruim, uma tragédia, uma tragédia muito bem explicada, por duas razões elementares, a primeira é que essa turma que fez o ENADE ela vinha de uma matriz curricular anterior a uma edição que era uma matriz ainda baseada no cuidado ainda muito médico, mas aquela formação medica mesma, hospitalocêntrica, onde se via a disciplina enfermagem médico-cirúrgica, enfermagem em clínica médica e ai você deixa de ver o ser humano como um todo, você deixa de ver o ser humano de forma holística e ai quando esses alunos pegaram a prova do ENADE e viram que estas questões eram contextualizadas nesta forma de abordagem, eles tiveram uma surpresa, porque não era essa a formação deles. Eu assumi a coordenação em 2004, a partir de 2005 a gente reestruturou a primeira matriz curricular que contemplou essas mudanças, modelo de enfermagem medica cirúrgica em que a gente trabalha saúde do adulto, enfermagem aplicada à saúde da criança e do adolescente a gente busca um enfoque muito mais no preventivo do que no curativo, a enfermagem totalmente baseada na promoção da saúde, então se hoje os alunos que estão se formando que entram em 2005 eles fizessem esse

ENADE o resultado com certeza seria ruim, o primeiro ponto eu devo a isso, a essa falha na matriz anterior, o segundo ponto que eu devo isso é que instituição passou por seis meses de greve, na realidade nós tivemos ao final de 2004 uma quebra da instituição e voltamos em 2005 sem saber qual seria o nosso destino, passava carro de som aqui na região ao redor e diziam a Universidade vai fechar então nos iniciamos em 2005 na total incerteza tanto que exatamente a turma que eu tenho uma turma à noite, em todas elas eu tenho matutino e noturno, nesse caso eu só tenho essa turma da noite, porque foi exatamente no mês da crise, então você levando em consideração que esses alunos passaram por greve, muitos professores iam para a sala de aula, mas uma greve branda, porque o cara num dava o conteúdo com o salário..., mas iam para a sala de aula, olha eu estou aqui, mas houve um prejuízo, tinha uma matriz furada e um momento de greve, como que eu posso buscar outras justificativas para o desempenho ruim, por mais que a administração da instituição me diz você jamais pode usar isso como desculpa, não é desculpa é o fato, como que você vai deixar de reconhecer que o aluno que teve fragilidade na sua formação por conta de greve e por conta de nossa estrutura curricular fraca, como que você vai garantir que ele tenha um bom desempenho?

3-Como você utiliza as informações do seu curso pelo SINAES?

Bom! A primeira discussão que você fez aqui que já é fruto do SINAES, embora antes ainda da avaliação do ENADE, foi à importância de se trabalhar a interdisciplinaridade. A gente percebe muito forte em todos os conteúdos de avaliações anteriores do ENADE e quase foi uma exigência mesmo, ali preliminarmente no SINAES a importância de você trabalhar a interdisciplinaridade, aí a partir de 2005 a gente começou a trabalhar a interdisciplinaridade de que forma, com mudança da matriz colocando os professores de disciplinas afins para trabalharem em conjunto, então o professor de anatomia ele segue o mesmo sistema humano ao professor de fisiologia para poder casar, então 2005 nos fizemos esse trabalho com os docentes, conversando com os docentes, o resultado não é fácil de mudar a cabeça do docente para começar o trabalhar interdisciplinaridade é

complicadíssimo, como com eles ainda estava muito duro era uma resistência muito grande, a gente introduziu um trabalho integrado, então o trabalho integrado era uma resposta que os alunos me dariam se aqueles professores estavam fazendo a interdisciplinaridade, então a partir de 2006 os alunos começaram a apresentar ao final de cada semestre um trabalho interdisciplinar e aí a gente consegue perceber na avaliação do ENADE nessa última, que os alunos ingressantes já conseguem visualizar a interdisciplinaridade, então um dos itens discutíveis da avaliação do ENADE foi exatamente isso, vamos ver onde nos estamos errando, na realidade assim onde existia erro em hipótese alguma os ingressantes demonstraram que está sendo corrigido, 80% deles dizem que fazem o trabalho em interdisciplinaridade, tudo bem não é 100%, porque não é 100%, tem pessoas que tem limitações e não vão conseguir compreender, mais 80% também é um número bastante significativo, tem um valor honrável, então eu depois até pego e te mostro para você ver como já é um resultado de um trabalho que nós iniciamos em 2005 e que de fato a turma formada vai apresentar esse resultado agora, então assim para consolidar ainda mais essa questão da interdisciplinaridade nós voltamos a matriz de 2005 a universidade com toda essa reestruturação, foi vendida aí na chegada da nova administração nós tivemos que mudar a matriz para ver uma determinação da administração, não foi por nossa vontade.

Com essa mudança, mudamos grade como eu já falei, aí a gente aproveitou esse momento pra gente introduzir esse trabalho interdisciplinar como trabalho integrado fazendo parte de nossa matriz curricular, que até então não era oficial e era um incentivo na realidade foi um processo de amadurecimento para implantar realmente a interdisciplinaridade no curso de enfermagem e a gente percebe que assim a avaliação do SINAES principalmente no tocante de interdisciplinaridade o ENADE conseguiu fazer com que são evidentes os alunos ingressantes tiveram um resultado talvez melhor até do que os concluintes, porque eles já trabalharam a interdisciplinaridade, isso é um dos itens, tivemos a reestruturação física, conseguimos mudar para outro prédio, uma clínica de enfermagem e um novo laboratório de anatomia

Entrevista - E5

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

A minha vivência no SINAES começou quando se discutiu todo o processo, porque eu sempre participei de todas as reuniões no âmbito da Associação Brasileira de Enfermagem então desde antes do SINAES ser instituído a gente acompanhou não só fazendo parte das diretorias daqui da associação em São Paulo e depois numa gestão na associação nacional e aí eu tive privilégio de atuar muito de perto quando tudo tava tramitando desde o modelo anterior ao SINAES, a gente já vinha acompanhado, mas uma coisa é você conhecer teoricamente, conhecer como se deu e a outra são você vivenciar então aqui na coordenação eu vivencio.

A primeira avaliação, o primeiro ENADE nós passamos em 2004 e o segundo em 2007. O de 2004 foi relativamente tranquilo, o ENADE em si, com dificuldades habituais de um curso ligado a uma escola particular. A escola particular pela sua própria característica apesar de aqui ser uma universidade, ela não tem o mesmo olhar para a pesquisa, para a importância de você ter os professores vinculados em regime de dedicação exclusiva, apesar de aqui ser uma instituição de caráter filantrópica ela trabalha com limitações financeiras bastantes grandes, ela tem antecedentes na história da própria universidade de pendências de problemas com os órgãos governamentais, então a nossa vivência não foi muito tranquila no primeiro ENADE, nós passamos tivemos nota três e para a época era razoável tava dentro do razoável. No segundo que foi o ano passado, foi um arraso geral nós tivemos dois, particularmente eu acho que não condiz, eu não acho que a gente esteja tão ruim, mas na hora que a gente viu o IDD, quer dizer mudou o critério e nesta mudança de critério se a gente olhar os itens pontualmente a gente não fica tão ruim assim, na hora que você soma é matemática aí você fica dois pontos e qualquer coisa aí sua nota fica em dois, então não foi tranquilo, nós não nos preparamos para o ENADE, não fizemos nenhuma coisa especial para o ENADE, a gente fez toda uma divulgação com o alunado, nós temos um sistema em que a gente trabalha com reuniões pontuais com a representação discente além de reuniões pontuais com as turmas, já tem um calendário, então a gente sensibilizou os

alunos para a importância do ENADE a universidade tem um interesse no ENADE isso teoricamente é um item que pode nos ajudar ou pode nos prejudicar no sentido da gente ter candidatos, então é uma coisa que nos interessa. Então nós trabalhamos no sentido de divulgar para os alunos o que era o ENADE disponibilizamos cópias de provas anteriores para aqueles alunos que queriam, conversamos sobre a importância, então isso a gente faz sempre desde 2004 a gente tem feito isso. O que a gente percebeu é que para o aluno é muito difícil sensibilizá-lo em relação a todo processo de avaliação, principalmente para o aluno que tá saindo, ele não se sente comprometido, porque ele está preocupado com a formatura, ele tá preocupado com currículo, ele tá preocupado com o primeiro emprego, então quando você começa falar da nota, da avaliação ele não consegue perceber no processo, ele só percebe depois, quer dizer o ano passado a gente teve dois alunos que não fizeram tinham sido selecionados e não fizeram e não puderam colar grau, então eles só perceberam a importância e a turma quando a gente recebeu a comunicação do MEC que eles não poderiam colar grau, porque eles não haviam comparecido, por problema de doenças depois eles regularizaram, mas eles só puderam colar grau em janeiro e na secretaria e para o aluno ingressante é pior ainda, porque é aí que ele não se sente comprometido mesmo, ele não sabe nem se ele quer fazer enfermagem, o primeiro semestre é um semestre de núcleo comum em que ele tem contato com outros cursos, ele tem a turma de odonto junto, fisioterapia, biomedicina, educação física algumas matérias, então ele está literalmente perdido, ele não sabe se ele quer enfermagem ainda e ele não se sente comprometido com a prova, o ano passado nós tivemos uns dez alunos que não fizeram e que foram selecionados e ainda não regularizaram a situação, então a experiência minha pessoal com a avaliação pontualmente com o ENADE eu não considero boa na prática, porque assim a gente acredita que não tem que sensibilizar o aluno, eu acho que eu não tenho que preparar o aluno para o ENADE eu não penso dessa maneira o que ele aprendeu durante o curso, ele tem condições de fazer um exame eu acho que o nosso papel é valorizar a prova fazer com que o aluno participe, mas só isso a gente percebe que não sensibiliza o aluno para a importância do

ENADE e aí a gente só percebe a importância depois, então o que a gente tem feito quando saiu a nossa nota este Ano Em agosto foi um arraso geral, porque nota dois fomos muito ruim para aquilo que a gente acredita que trabalha com os alunos, aí o que nós fizemos, nós fizemos toda uma agenda de conversar com todos os alunos e mostrar fazer uma devolutiva mostrando a prova os resultados aí sim é que houve a sensibilização do alunado como um todo, mas depois da prova, aí então era importante eu não sabia, olha e com os alunos que fizeram a prova no primeiro semestre já gente não sabia que era importante, eu fiz de qualquer jeito a prova eu nem pensei que fosse importante, então eu acho que tem um viés aí, na verdade ao mesmo tempo em que eu acho que não é uma responsabilidade do coordenador preparar no sentido de fazer alguma além do que a formação do aluno, ao mesmo tempo a gente tem sim um papel importante no sentido de sensibilizar esse aluno e a sensibilização ela tem que ser constante, eu pessoalmente não concordo com os critérios do ENADE, mas a partir do momento em que ele está posto eu tenho que estar encaixada e isso é um item de avaliação e isso pesa tremendamente no meu conceito de curso é um marketing importante, então assim eu diria que a minha experiência pessoal como finais não boa e não foi boa porque a avaliação ela não é clara, ela não é fácil a gente entender todo o mecanismo e sensibilizar ao corpo docente e fazer todo esse apanhado com o corpo docente e com o alunado, muitas coisas dos itens da avaliação do SINAES como um todo e da avaliação da universidade eles também não são claros, você entrar com os dados pelo sistema, o sistema é eternamente congestionado ele perde dados, o próprio MEC ele migrou do Sapiens para E-MEC, então assim ao mesmo tempo em que melhorou o sistema você perdeu dados, por exemplo, os cursos agora que teve uma nota dois o MEC determinou que a gente pudesse recorrer e protocolar novamente o relatório e então aguardava em visita, ao mesmo tempo em que ele faz isso, ele manda outra comunicação dizendo que aqueles cursos que estavam em Período de reavaliação obrigatoriamente tinha que entrar com os dados, então, por exemplo, no meu caso eu estava com o relatório todo protocolado no Sapiens, porque o meu prazo de validade do reconhecimento do curso expirou em 2006, nós já havíamos

pedido em 2006, obviamente até 2007 valeríamos, nós pedimos uma nova verificação por conta dos SINAES ela foi prorrogada, então eu estava com tudo protocolado no sapiens tive que protocolar novamente absolutamente tudo em outro modelo com outra lógica, isso assim em quinze dias, então obviamente que aquilo que está protocolado não reflete a nossa realidade impossível você migrar tudo porque assim ainda tem as questões administrativas quem faz como faz a equipe que faz e tudo isso, então eu particularmente me senti prejudicada nesta migração porque o MEC não te dar regras claras, ele te dá uma informação ai depois ele prorroga prazo, daí você trabalha com o prazo prorrogado, então é um nível de estresse muito grande, nós estamos num momento aguardando a comissão de verificação novamente para renovação do reconhecimento, nós não temos nenhuma informação, a gente sabe que o MEC está fazendo, mas ta fazendo visitas apenas dos cursos novos, só para abertura, não sabemos se vamos receber a comissão este ano, já estamos no final do ano então daqui a pouco a gente já tem mais aluno aqui, daqui a pouco a gente tem alunos em fase final de prova então é complicado, porque junto com os finais vem toda a questão do reconhecimento e eu não avaliei como boa, então assim pra mim pessoalmente a experiência foi traumatizante.

Avaliação interna, temos a CPA interna desde 1998 nós temos um sistema de avaliação, no papel, a cada final de ano é sempre anual, nós passamos uma avaliação para todo o alunado, essa avaliação ao longo desses anos ela foi sendo aprimorada, hoje ainda a avaliação interna têm muita coisa a melhorar, mas a gente consegue hoje que o aluno avalie as questões institucionais, a questão da área física, a questão do projeto pedagógico do curso, a questão dos professores e faço uma auto-avaliação, esses resultados a gente tem uma empresa terceirizada que faz a compilação e nos manda então o resultado e este resultado então tem que ser incluído no planejamento do ano seguinte, do ano seguinte, normalmente a gente faz uma devolutiva para os alunos e corpo docentes ao final do ano. Quando a gente recebe os resultados a gente faz um devolutiva para o corpo docente nas avaliações pontuais e faz uma devolutiva para o alunado ou para a representação discente depende do período que isso é feito, no

início do ano seguinte então isso já é incorporado nós temos uma semana de planejamento no começo do semestre, então os resultados da avaliação interna já servem e são incorporados no nosso planejamento, desde realocação de professor, temos casos claro de reclamação de docente, mas nós nunca usamos a avaliação punitivamente, para demitir alguém, usamos para readequar, por exemplo mudar professor de disciplina para a qual ele tinha mais afinidade isso sim.

2-E o que esta vivência influenciou na sua prática enquanto coordenador (a) de curso?

Sim influencia, a avaliação é imprescindível independente da avaliação institucional nós temos uma avaliação, a coordenação do curso tem uma forma de avaliação, normalmente nós fazemos ao final de cada semestre de uma maneira até informal com o alunado, a gente agenda com as classes um momento de reunião mais ao final de cada semestre avisa com antecedência para que o aluno se prepare e aí a gente faz uma avaliação do semestre, mas sem eles escreverem nada, a gente vai a sala de aula formalmente, então a gente acredita que esse tipo de avaliação é importante para o professor, ele é imprescindível, esses momentos de avaliação e de troca com a representação discente eles são importantes, para a gente poder direcionar o curso, o projeto pedagógico do curso, então a avaliação, não só o SINAES como um todo. O SINAES ele tem um elemento direcionador, mas como ele te dar um visão, mas às vezes equivocada da universidade como um todo, ele é importante, ele é positivo, mas hoje ele tem me atrapalhado mais do que me ajudado, mas mesmo assim eu vejo positivamente, mesmo tendo tido uma experiência negativa, eu vejo positivamente, porque eu acredito que a gente tem que ter mecanismos institucionalizados para a avaliação, na hora que você não tem é muito difícil você estabelecer e você se comparar com outra instituição.

A gente acredita que a avaliação tem sido um instrumento bastante interessante para a gestão, obviamente como todo processo avaliativo ele te da uma fotografia daquele momento como ele é passado ao final do ano, muitas vezes o aluno está sob pressão de avaliação então ele avalia mal o

professor na disciplina em que ele tirou uma nota mais baixa, então tudo isso a gente valoriza esta avaliação interna, ela têm servido, têm dado subsídios importantes para a gente readequar praticas promover melhorias principalmente na área do campus na questão da infraestrutura, então isso foi uma colaboração bastante importante.

3-Como você utiliza as informações do seu curso pelo SINAES?

A gente utiliza formalmente, a gente primeiro socializa o resultado, a gente recebe um relatório escrito em tabelas, porque a grande parte das questões são objetivas que o aluno preenche, mas ele tem uma parte absolutamente aberta de texto livre. O texto livre é digitado e eu recebo um relatório do texto livre. A primeira providência que a gente toma ao receber e analisar é socializar com o corpo docente e é socializado literalmente, então assim se um lá tem uma colocação de um determinado professor, isso todo o corpo docente vai tomar conhecimento, porque nós optamos por não esconder nenhuma coisa da avaliação, então a gente socializa o professor já sabe, a gente tem um momento normalmente no final do ano em que a gente disponibiliza como normalmente isso é por e-mail a gente repassa por e-mail de todo corpo docente e ai na reunião final de ano a gente discute um pouco e pontua para aqueles responsáveis por disciplina para incorporar ou pensarem em como vão incorporar a sugestões, as queixas, etc. na semana de planejamento. Quando a gente retoma isso no final de janeiro, então nos temos uma semana em nos temos reuniões pontuais com todo o corpo docente, depois reunião por grupos de trabalhos, por áreas, então isso é incorporado no planejamento do ano seguinte e para o alunado a gente usa a mesma estratégia, a gente disponibiliza o relatório para a representação, então nós trabalhamos com o centro acadêmico, com a atlética e com a representação discente por sala, em cada sala eu tenho dois representantes e, esse dois representantes a gente tem um calendário de reuniões mensais com eles, sempre a ultima terça-feira do mês num horário estabelecido e a gente tem as reuniões que são abertas, qualquer aluno que queira participar, mas é pontualmente focado na representação, e a gente discute esse relatório com a representação e muitas vezes têm alguns conflitos claros,

porque na hora que o aluno coloca sua opinião e não é identificado, o aluno não sabe quem é quem aplica o questionário é a coordenação não é o professor, eu e mais a coordenadora da tarde e mais a minha assistente que aplicamos então não é o professor para que não haja nenhuma, e é aplicado em horário e dia pré-estabelecidos, então o aluno sabe no dia tal as dez horas a gente vai aplicar o questionário de avaliação na sua classe, então ele vem preparado para isso e ele já criou-se uma cultura de que como ele sabe que todo ano ele faz essa avaliação, então as vezes ele quer as vezes ele não quer, não é obrigatório, mas a gente tem tido uma boa, mais de 75% de adesão do alunado para participar.

Entrevista - E 6

1-Como você descreve a sua vivência no SINAES?

Então assim, eu acho que de grande aprendizado como coordenadora da parte administrativa do curso. A escola tem uma comissão própria de avaliação muito atuante, nós passamos por um grande processo de avaliação agora em 2007 nessa comissão interna, cujos resultados nós estamos agora nos embasando para até fazer essa reformulação da matriz revendo com os alunos e professores o que eles colocaram na avaliação e também acredito que tem sido instrumento de base para nossa reflexão dentro do curso o ENADE, resultado do nosso curso participou do último ENADE, então isso também tem sido objeto de avaliação, de discussão de curso, dentro da escola para que a gente tenha um reflexo, uma formulação das propostas para melhoria do curso, ajustamento de matriz de condução mesmo do curso.

2-E o que esta vivência influenciou na sua pratica enquanto coordenador (a) de curso?

Acho que todos esses instrumentos eles nos dão subsidio para diretriz do curso, nós temos aqui é uma escola privada, tem diretrizes financeiras que precisam ser compostas junto com as diretrizes acadêmicas especificas digamos assim de cumprimento mesmo das diretrizes especificas do curso, do curso de enfermagem, então essa avaliação interna institucional e também o resultado do ENADE, vejo hoje como ponto bem importante do sistema do SINAES tem dado para a gente um subsídio mais substancioso para que a gente possa tentar caminhar, avançar para melhora do curso numa medida um pouco mais segura, com pouco mais de respaldo, num fica só na base da teoria, isso traz e a gente tenta fazer dentro da realidade, isso é o ideal, uma meta a ser atingida, mas nos aproxima bastante daquilo que efetivamente acontece em cada curso, só para dar um exemplo com base, nós temos aqui, recebemos um caderno esse material que você ta vendo ai em cima da mesa, todo subsídio para a revisão do projeto pedagógico, da matriz curricular, então com base aos resultados, cada coordenador preparou um documento, o ciclo ainda não está completo,

então com base ao um momento anterior que houve de instrumento aplicado aos alunos, aos professores, as coordenações, a instituição como um todo, então isso foi uma primeira parte e o resultado da CPA já desdobrou em uma ação das coordenações que fizeram uma projeção dos pontos frágeis, pontos fortes e que medidas precisam ser tomadas e de quem são as responsabilidades, a curto, médio e longo prazo, então isso formou um panorama que esta hoje nas mãos da reitoria, tentando montar um documento que vai dar subsídio também para a instituição fazer o ajuste do plano pedagógico, do plano institucional, de metas que consiga fazer essa aproximação da das metas financeiras da empresa junto com a questão acadêmica e de cumprimento dos requisitos necessários para qualidade do curso. Hoje aqui na escola tem assim algumas diretrizes já definidas, a primeira delas sempre foi à questão de como aprender na pratica, então houve sempre uma valorização da questão pratica, hoje aliado a esse aprender na pratica nós temos a questão da sustentabilidade e a excelência cursos de mestrado, doutorado, então tem uma preocupação nesse sentido e ai a gente o que tem embasado essas discussões ao avanço, são sem dúvidas esses instrumentos aplicados, esses elementos, dados concretos de auto-avaliação institucional.

3-Como você utiliza as informações do seu curso pelo SINAES?

Uma coisa que pesa são as avaliações da comissão do MEC que fazem parte, então também complementam essa questão da avaliação interna própria, então sempre os relatórios produzidos pelos avaliadores da instituição, independente do curso que seja claro que a gente sempre aproveita muito mais quando é da área. Neste ano foi do curso de veterinária e do curso de nutrição, então assim todos os cursos da área da saúde de alguma maneira acabam se beneficiando das observações desses avaliadores que vem, porque têm coisas que são comuns, laboratórios, disciplinas básicas, então as observações que são feitas sempre nos ajudam, não estritamente o curso avaliado, mas também os cursos da área da saúde, então além da comissão interna a gente também tem de ter esse olhar para aproveitamento também das sugestões que são dadas, outra

coisa também que eu observo e que ajuda, nós temos assim uma assessoria acadêmica que presta não só para os cursos, mas também para pró-reitoria, dentro da estrutura organizacional aqui da escola que esta muito atenta, esta ligada as questões que são colocadas pelo MEC, nesse programa de toda avaliação do SINAES e isso nos ajuda bastante, uma pessoa ou algumas pessoas que fazem parte da assessoria acadêmica que ajudam também a dar, a interpretar as diretrizes, os módulos, as coisas que vem para serem implantadas no SINAES.

O ENADE resultado que a escola teve o nosso curso especificamente de fato não contribuiu para avaliação nossa enquanto curso, nos fizemos ai muitas reuniões após o resultado, nós avaliamos que o resultado obtido ali naquela prova não refletiu para nós o que significa qualidade do nosso curso, pelo reconhecimento que nós temos na comunidade, pelo reconhecimento que nós temos no campo de estágio, até como reconhecimento do egresso no campo de trabalho, então a gente acha que o primeiro ponto esse sistema de amostragem no nosso caso especifico foi assim ruim, nós tivemos que fazer assim muitos estudos até para apresentar para mantenedores, fazemos esse panorama mesmo de o que significou essa nota, então a gente observa que houve uma infelicidade de terem alunos fazendo a prova, alunos que tinham muitos defeitos, talvez tivessem o azar de ter sido sorteado alunos que talvez não refletissem a maioria do nosso curso, houve um acréscimo que foi o ENADE no ano de 2004 para 2007, a gente percebeu até que apesar disso teve comparativamente teve uma elevação das notas, do grupo de alunos daquela época para o grupo de alunos de agora, embora a gente observe também que no cenário nacional varias escolas tiveram ainda um decréscimo na nota, nós manipulamos bastante a prova, achamos que o nível de dificuldade da prova deste ano foi maior do que ao anterior também achamos que isso teve uma influência até quando a gente olha as outras escolas, que é uma coisa que a gente sempre faz é se pautar uns parâmetros com outras do município, do estado e até nacionalmente falando e a gente percebeu que foi uma coisa assim no máximo se manteve, mas a maioria teve uma queda, então isso tem um significado, porque a prova ela

teve um grau de dificuldade maior em especial o nosso aluno no sul é muito trabalhador, então significa que o aluno saindo no domingo para fazer uma prova em que ele sabe que não vai ter nenhum registro disso, por enquanto o mercado ainda não se utiliza desse recurso, então a gente também questiona qual é o envolvimento, nós tentamos fazer um trabalho com o aluno de responsabilização, não fizemos nenhum preparo, não houve aulas preparatórias, até porque a política da instituição é o aluno ele tem que mostrar lá o que definitivamente ele sabe, não fazer aulas com revisões, não é essa é a política aqui da escola, não teve nenhum preparo nesse sentido, a gente sabe que tem algumas escolas que trabalham com essa diretriz, mas tentamos fazer um trabalho de conscientização do aluno, o que significaria o envolvimento dele e tal, acho que não fomos muito felizes neste sentindo, porque o aluno ele coloca assim poxa domingo, verbalizaram mesmo, alguns utilizaram até a palavra boicote, a agora a faculdade também vai ver, por motivo particular queria fazer alguma pirraça ou alguma coisa assim, enfim eu acho que tudo isso compôs um cenário, que quando a gente para e olha comparativamente a nossa carga horária, a nossa distribuição dessa carga horária, entre o que são consideradas disciplinas teóricas, teórico-prática e agora na reformulação para pegar o estágio supervisionado, então a gente conversa vive no mundo com outros enfermeiros de outras escolas, muitos professores que dão aula aqui, dão aulas em outras escolas também, então a gente tem esse parâmetro, até porque são disponíveis na internet muitas grades e é possível a gente visualizar mais ou menos como é, então nós temos uma inserção precoce do aluno no campo de estágio a partir do terceiro semestre com uma carga menor para as atividades praticas e na sequência já numa carga maior em que o aluno já começa a ter um contato maior, com a vida prática do enfermeiro e então assim a gente sempre que vai fazer alguma mudança ou alguma revisão sempre os professores participam, a gente tem o colegiado dos alunos que também faz parte da diretriz do SINAES, então a gente tem uma há uma participação dos alunos menos, a gente não consegue talvez assim o quanto a gente gostasse, mas tem aumentado. Então a gente acha que assim esse último ENADE, ele ficou assim, a mídia explorou muito negativamente, isso foi

ruim, não só aqui para a escola, mas para a enfermagem de um modo geral das escolas privadas que ficaram aí nessa média dois a três, então eu acho que a gente tem trabalhado e os alunos têm questionado e a gente tem tentado explicar para eles o que significa o que compõe essa nota para que eles entendam, para que não fique uma coisa distorcida, mas eu acho que no nosso caso não refletiu a totalidade do que nós acreditamos que o nosso aluno seja capaz de desempenhar.